



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Sociais – ICS
Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC

**A POBREZA SOB A ÓTICA DE JOVENS MORADORES DE
COMUNIDADES DA ZONA SUL CARIOCA**

Olga Prado Carcovich

Dissertação apresentada ao Centro de
Pesquisa e Pós-graduação Sobre as
Américas da Universidade de Brasília
como requisito parcial à obtenção do
título de Mestre em Ciências Sociais

Orientadora: Profa. Dra Sonia Maria Ranincheski

Brasilia

2010

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Sociais – ICS
Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC

**A POBREZA SOB A ÓTICA DE JOVENS MORADORES DE
COMUNIDADES DA ZONA SUL CARIOCA**

Olga Prado Carcovich

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Sonia Maria Ranincheski (presidente) - CEPPAC/ UnB

Profa. Dra Simone Rodrigues Pinto - CEPPAC/ UnB

Profa. Dra Marilde Menezes - IPOL/ UnB

Prof. Dr. Moisés Balestro - CEPPAC/ PROPAGA/ UnB

Brasília

2011

Resumo

O que jovens pobres de duas favelas cariocas pensam sobre a pobreza? A pergunta serviu de fio condutor para a presente pesquisa. Esta dissertação tem como objetivo compreender as opiniões e experiências vividas por jovens moradores de comunidades da zona sul da cidade do Rio de Janeiro. O resultado constitui numa abordagem empírica e descritiva desses jovens. Para tanto, investigou-se grupos de jovens moradores de duas comunidades desta cidade. Discute-se os conceitos de juventude a fim de saber sua importância no processo de mudança social e aponta-se para a “adultização” dos jovens. Aponta-se as diferentes visões de pobreza dando ênfase ao referencial teórico que prioriza as subjetividades relacionadas às condições socioculturais. Determinou-se as oportunidades e os obstáculos que os jovens enfrentam e seus esforços para sair da pobreza. Escutar os jovens pertencentes a diversos estratos sociais e trabalhar levando suas opiniões em consideração é importante para sabermos atender melhor suas preocupações, ajudá-los e dar uma resposta a seus anseios.

Palavras-chave: Jovens, pobreza, desenvolvimento, promoção humana.

Abstract

What do young people from two slums in Rio de Janeiro think about poverty? The question became the guiding principle for this research. This dissertation aims to understand the opinions and experiences of young residents of communities in the south area of Rio de Janeiro city. The result is an empirical and descriptive approach of these young people. For this purpose it was investigated groups of young who live in communities in the south area of this city. The concepts of youth are discussed in order to know their significance in the process of social change. This dissertation also indicates the early maturation of young, a social phenomenon that it may be called as “adultization” of individuals. It points out different views of poverty with emphasis on theoretical framework that prioritizes the subjectivity related to sociocultural conditions. It shows the opportunities and obstacles they meet and also their effort to escape poverty. Hearing the young people of different social strata and work taking their view into account is important to better understand and to meet their concerns, to help them and to respond to their anxieties and expectations.

Key-words: Youth, poverty, development, human promotion

Ao meu pai que, desde pequena, me ensinou sobre a América Latina e de quem herdei o carinho por este continente. Obrigada por sua dedicação e amor incondicional.

Aos meus avós, cujos desapego a padrões elitistas e senso humanitário me ajudaram a enxergar o ser humano muito além de seus títulos e hábitos à mesa. Obrigada por me ensinarem o amor aos mais vulneráveis.

Agradecimentos

Expresso aqui meus agradecimentos aos que me auxiliaram nesse importante processo de aventuras e descobertas e de elaboração da dissertação.

À professora Sonia Ranincheski, minha orientadora, pelos ensinamentos e estímulos nos momentos de decisão. Pelas aulas agradáveis, porém densas, que incitavam o desejo por mais conhecimento. Agradeço por aceitar minha pesquisa e por sua paciência e flexibilidade, que puderam conduzir-me ao resultado final. Obrigada pelo carinho e compreensão.

Aos professores do CEPPAC, por dividirem constantemente seus conhecimentos e tornarem o ambiente intelectual de qualidade. Obrigada pelos debates, pelos textos e bibliografias sempre ricos e instigantes.

Ao professor Henrique Castro, pelo constante incentivo a seguir a carreira de cientista social e por me despertar novamente o ânimo pela pesquisa. Agradeço sua prestimosidade, críticas e fomento das discussões multidisciplinares e sempre interessantes em sala de aula.

Ao professor Cristhian Silva, pelas observações e comentários críticos em aula, que forneceram subsídios para o meu aperfeiçoamento intelectual.

Aos colegas do Ceppac, pelo convívio, pela troca de ideias e experiências que engrandeceram meu conhecimento. Agradeço por me proporcionarem um ambiente rico em reflexão e debate.

A Geórgia Belisário, pela troca intelectual e apoio. Pela lucidez, pelas confidências, pelo companheirismo ao longo do mestrado e principalmente nos momentos de angústia da fase final da dissertação.

A Natasha Dias, pelo bom humor, pelas risadas e pelo acolhimento que tornou minha experiência numa cidade estranha tão mais fácil.

Às meninas do Timor Leste, Manuela Gusmão e Judite Ximenes, pelo exemplo de determinação e com quem tive o orgulho de conviver.

A Flávia Gomes pelo otimismo, pelas críticas e elogios, pelo incentivo e carinho e por nunca me deixar desanimar.

À querida Monica Costa, pelo carinho, pela disponibilidade constante e pela preocupação.

Às minhas amigas, Carolina Stramare, Elis Souza, Manuela Alencar, Monica Podlubny e Vanessa Klevenhusen, pelos conselhos, pelo ombro amigo e prontidão de socorro sempre que precisei, mesmo que distante.

A Ana Elisa Bragança e Renata Bateira, pelo compartilhamento de ideias e ideais, sempre acreditando que um mundo menos perverso é possível.

À minha amiga Carla (*in memoriam*), pelo cuidado e companheirismo. Obrigada por me fazer lembrar da importância de meu trabalho.

Agradecimento especial à minha mãe, pela paciência e pelos conselhos práticos, mas bem intencionados. Obrigada pelo incentivo em todas as minhas decisões.

Ao meu irmão, pela preocupação, pela amizade e pelo incentivo, sempre mútuos.

À família Tobias da Silva pelo acolhimento inicial.

A todos da Oficina do Saber, especialmente Cecília, cujo exemplo de dedicação aos jovens me fez perceber que é preciso muito esforço, mas ao mesmo tempo nenhum motivo para ajudar os jovens a buscar melhores e maiores objetivos. Obrigada por sua generosidade.

Aos meninos do Santa Marta Tour, especialmente ao Vítor e Gilson, pelas informações, presteza e disponibilidade em ajudar. Obrigada pelo exemplo de garra e de “recém-adultos” que se tornaram.

Sumário

Introdução	7
-------------------	---

Capítulo 1

1. Teorias sobre a juventude e a importância dos jovens para a sociedade	14
1.1 Breve análise histórica, social e cultural	15
1.2 “A juventude é apenas uma palavra”: a classificação de jovens	24
1.3 O problema	26

Capítulo 2

2. Abordagem sobre as principais definições e teorias sobre a pobreza	37
2.1 O conceito de pobreza na literatura das Ciências Sociais	43
2.2 A pobreza no Brasil	51
2.3 A condição de pobreza (o que é ser pobre do ponto de vista sociocultural)	59

Capítulo 3

3. Os caminhos da pesquisa: a metodologia de pesquisa	62
3.1 Técnica Grupos de Discussão	63
3.2 Seleção das comunidades	68
3.3 Características das comunidades	69
3.3.1 Rocinha	71
3.3.2 Santa Marta	72

3.3.3 Problemas em comum entre os jovens das duas comunidades	73
3.4 Dificuldades do campo	74
Capítulo 4	
4 Entrevistas e análises	78
4.1 Análise das entrevistas	78
4.1.1 Vantagens e desvantagens de ser jovem	80
4.1.2 Mercado de trabalho	86
4.1.3 As experiências com programas sociais	88
4.1.4 Pobreza	93
4.1.5 Sentimento de exclusão	104
4.1.6 Expectativa de futuro	108
Conclusão	111
Referências Bibliográficas	128
Anexos	138

Introdução

A presente dissertação constitui uma abordagem empírica e descritiva de jovens moradores de duas comunidades pobres da zona sul do Rio de Janeiro. Mostrarei uma visão da realidade de jovens considerados pobres - de acordo com a linha de pobreza adotada pelo governo brasileiro - moradores da favela Santa Marta e da Rocinha, baseadas em suas experiências de vida no que se refere à pobreza e à interação dessas pessoas com a sociedade em que vivem.

Este estudo é realizado tendo como inspiração a pesquisa efetuada no livro *Voices of the Poor* (Narayan, 2000), cujo trabalho realiza uma pesquisa entre mais de sessenta mil pessoas pobres, de sessenta países diferentes, inclusive no Brasil. Assim como no livro citado, utilizamos métodos de observação participativos e qualitativos de investigação e, através das próprias opiniões dos jovens pobres, aprendemos sobre a realidade de suas vidas.

A pesquisa elaborada por Narayan e sua equipe revela que a maioria das pessoas pobres considera estar em piores condições e ter mais insegurança do que antes. De acordo com esse estudo, as maiores preocupações dessas pessoas são: felicidade, família, filhos, meios de vida, paz, segurança, proteção, dignidade e respeito. A partir de suas perspectivas, a corrupção, a falta de pertencimento e o comportamento abusivo costumam

denegrir as instituições do Estado. As pessoas pobres costumam, então, recorrer a suas redes informais para sobreviver: parentes, amigos e vizinhos.

Entender como se entra na pobreza, por que ela persiste e como é possível diminuí-la é de extrema importância para conceber estratégias eficazes e adequadas de desenvolvimento social e econômico. São necessários diversos instrumentos de obtenção de dados para entender as realidades culturais, sociais, econômicas, políticas e institucionais que determinam as oportunidades e os obstáculos que os pobres enfrentam em seus esforços para sair da pobreza.

A questão da juventude tem-se destacado frequentemente na contemporaneidade. Debates, no que concerne aos direitos humanos, condições de vida, empregabilidade, entre outros temas dessa parcela da população, são bastante discutidos em diversos meios. Escutar os jovens pobres e trabalhar ouvindo suas opiniões é importante para sabermos atender melhor a suas preocupações e dar uma resposta a seus anseios.

Temas básicos semelhantes aparecem em diversos estudos realizados em diferentes países, apesar de as circunstâncias que rodeiam as pessoas serem bastante distintas: fome, privações, impotência, atropelo da dignidade, isolamento social, resistência, solidariedade, corrupção estatal, destrato por funcionários locais, desigualdade de gênero. De acordo com Narayan (2000), esses temas comuns possuem importantes repercussões para as estratégias de redução de pobreza. Sendo assim, farei uma investigação, buscando saber quais temas são comuns e quais são diferentes entre os jovens moradores da comunidade Santa Marta e da Rocinha.

O objetivo principal da dissertação é investigar a relação entre os jovens moradores de comunidades pobres e a própria pobreza; saber o que esses jovens pensam sobre o assunto e como vivenciam essa condição. A intenção é discutir também o fato de a juventude, como motor propulsor da sociedade, ser um potencial agente de erradicação da pobreza. A partir do objetivo principal, outras questões permeiam a pesquisa:

- a) O que opinam os jovens pobres sobre a pobreza?
- b) Quais são seus problemas e suas prioridades?
- c) Qual é sua experiência com as instituições do Estado e com a sociedade civil?
- d) Quais são suas expectativas de futuro?

A presente dissertação, portanto, se propõe a refletir sobre a perspectiva da pobreza a partir das opiniões e experiências de vida dos jovens moradores de comunidades. Esse tipo de abordagem possui diversas variações metodológicas. Aqui, buscou-se trabalhar com grupos de discussão além da observação participativa, que investiga de forma bastante próxima e fortalece a percepção e a compreensão da problemática de forma mais abrangente. Nesse caso, a intuição e o arranque de ideias sobre a temática tornam-se presentes e são muito positivos, pois o conjunto de características e propriedades que constituem os processos sociais analisados passa ao longo da manifestação e da assimilação dos acontecimentos da vida cotidiana (Tragtenberg *et al*, 1997; Martins, 2004).

A opção por esse tema de pesquisa deu-se em função de se perceber a necessidade de obtenção de outros pontos de vista, a partir do perfil de um grupo importante para a mudança de padrões sociais. Para tanto, foi necessário dividir o trabalho em quatro capítulos. No primeiro capítulo, buscou-se discutir o conceito de juventude. Analisam-se os significados dessa expressão, apontando a evolução do conceito com a finalidade de buscar uma compreensão dessa categoria como uma construção social. A fim de compreender o conceito de juventude, julgou-se necessária a problematização da ideia de infância com o objetivo de destituir a naturalização desses conceitos e contextualizá-los conforme o período da história em que apareceram.

Buscou-se demonstrar que o conceito de juventude foi construído ao longo dos séculos. A percepção de geração e de identidade etária tal como conhecemos atualmente é uma criação da modernidade. A noção de infância e a importância dada à adolescência surgiram recentemente, há poucos séculos. De acordo com Ariès (2003), no período medieval, diferentemente das crianças que a sociedade europeia considerava como seres dependentes dos pais para posteriormente serem inseridos no cotidiano comunitário e social, os adolescentes e os jovens não eram separados do mundo adulto. Conviviam de perto com os adultos e os idosos e aprendiam com eles as tarefas exercidas diariamente, impossibilitando o desenvolvimento de uma cultura juvenil.

Havia o fenômeno, que alguns teóricos chamam de “adultização”, que é tornar o indivíduo adulto precocemente. De certa maneira, acompanhamos atualmente o mesmo fenômeno, através do excesso de responsabilidades que é induzido pela sociedade aos jovens, ao mesmo tempo em que percebemos o fenômeno da infantilização, quando jovens

adultos, e mesmo adultos, adiam a tomada das responsabilidades perante a incapacidade social de incluí-los. A categoria *juventude* é, então, uma construção histórica e social e que está exposta a sofrer alterações e interferências do mercado.

Para compreender as questões dos jovens moradores de favelas e o tema da pobreza, é necessário partir de algumas definições sobre o conceito de pobreza. Como afirma Schwartzman (2004), após vinte anos de as Ciências Sociais estarem voltadas às questões como a do desenvolvimento econômico, da modernização, da participação política, da democracia e da mobilidade social, a atenção se voltou ao tema da pobreza e à questão da exclusão social. Sendo assim, no segundo capítulo, discutem-se as principais abordagens e concepções sobre o fenômeno da pobreza e as ideias desenvolvidas durante o século XX.

Espera-se apresentar os conceitos de pobreza, uma vez que é importante para nos ajudar a ter uma visão mais ampla e analítica do objeto de estudo. Descrevem-se as categorias nas quais os conceitos de pobreza se enquadram, tais como pobreza relativa e pobreza absoluta. Também fazem parte da discussão três concepções importantes sobre pobreza elaboradas no século XX: sobrevivência, necessidades básicas e privação relativa. Posteriormente, apresenta-se a visão de Amartya Sen e Deepa Narayan, ocupantes de importante lugar nas discussões sobre pobreza junto à comunidade acadêmica internacional e também perante as organizações internacionais. Levanta-se a discussão de Sen sobre a pobreza e a relação que o autor faz com as liberdades humanas e busca-se demonstrar a repercussão desta ideia em Narayan, a partir das pesquisas feitas junto aos pobres de todo o mundo na chamada Avaliação Participativa sobre a Pobreza (APP).

Além de pensar o conceito mais abrangente de pobreza, é importante analisar também os acontecimentos socioeconômicos ocorridos em diferentes períodos da história do Brasil, a fim de entender um pouco do processo que engendrou a situação em que vivem os jovens aqui pesquisados. Faz-se, então, um apanhado histórico das recentes crises econômicas vividas no país a partir do século XX, assim como suas consequências com relação aos níveis de desemprego e de renda.

O capítulo seguinte foi elaborado a partir de entrevistas com jovens moradores de duas comunidades urbanas localizadas na zona sul da cidade do Rio de Janeiro. O estudo teve por objetivo focar sobre comunidades urbanas dessa região da cidade por possuir uma das mais altas renda média familiar do país. Isso faz das comunidades urbanas do Rio de Janeiro localizadas nessa área da cidade um caso interessante a ser pesquisado, sobretudo pelo contraste social que é facilmente percebido. A segregação na cidade do Rio de Janeiro não se dá nos mesmos moldes da maioria das demais cidades brasileiras. Apesar de existir, a pobreza da cidade não aparece isolada fora do cinturão cultural e econômico, apesar de os jovens moradores de favelas parecerem estar virtualmente separados dessas atividades. A fronteira das comunidades com os bairros é muitas vezes dado por um muro: de um lado, encontra-se uma casa luxuosa com piscina ou edifícios residenciais de alto padrão e, de outro, moradias com tijolos aparentes e precário sistema de esgoto a céu aberto. Dessa maneira, saber a experiência dos jovens de tais comunidades torna-se interessante, pois esses presenciam a pobreza de um lado e a riqueza do outro.

No capítulo quatro, buscou-se discutir a experiência de cada entrevistado acerca da pobreza e, assim, contribuir para sua melhor compreensão, conforme fenômeno social que

se desenvolve no âmbito da classe pobre, dentro do grupo social jovem. Antes do trabalho de campo, tinha-se a ideia de que seriam encontrados jovens revoltados com a situação em que vivem ou alienados com relação à situação social, política e econômica do país em que vivem. O estereótipo dos jovens moradores de comunidades caiu por terra quando se deu o início da convivência semanal, durante alguns meses. As informações obtidas demonstram algumas características da relação entre pobreza e juventude encontradas em comunidades do Rio de Janeiro.

Nesse capítulo, foi constatado que existe uma variação de opiniões importante entre os grupos que frequentaram projetos ou programas sociais e os jovens que não frequentaram. Busca-se analisar os horizontes de expectativas, pois nos permitem um melhor entendimento sobre os sentimentos de valor, de força e de dignidade entre os jovens desprivilegiados. De acordo com Narayan (2000), a disposição para melhorar de condição está ligada à maneira pela qual os indivíduos pobres enfrentam as oportunidades, os riscos e suas limitações.

Capítulo 1

Teorias sobre a juventude e a importância dos jovens para a sociedade

“Somos sempre o jovem ou o velho de alguém.” (K. Mannheim)

O senso comum se aproxima do conceito de juventude que é exposto no Dicionário da Língua Portuguesa Houaiss, cujos verbetes principais dizem o seguinte: “1. período da vida do ser humano compreendido entre a infância e o desenvolvimento pleno de seu organismo 2. a gente jovem 3. a população jovem de algum lugar; mocidade.” (Houaiss, 2009, p. 1142). Sobre *jovem*, a descrição segue adiante: “1. que ou aquele que se encontra na juventude; adolescente 2. Diz-se de indivíduo que ainda não alcançou seu pleno desenvolvimento 3. próprio da juventude.”.

No entanto, dentro das Ciências Sociais, o conceito não é tão simples. De acordo com Silva (2009), a juventude é uma categoria social com hábitos, gostos e valores próprios. Segundo ela, o adolescente e o adulto jovem estão inseridos na categoria social denominada juventude, no entanto os jovens não são necessariamente adolescentes. A adolescência costuma ser caracterizada por um corte etário, definido normalmente entre os

doze ou treze anos até os dezessete ou dezoito anos, geralmente relacionado às mudanças biológicas pelas quais as crianças passam ao sair da infância e entrar na puberdade.

A legislação que rege sobre a faixa etária que compreende a juventude varia entre diversos países. No Brasil, ficou estabelecido que são considerados jovens os indivíduos com idade entre 15 e 24 anos. No entanto, muitos autores defendem que a juventude não pode ser tratada apenas em termos de idade. Ela é representada de formas diferentes em cada momento histórico e em cada sociedade, sendo, portanto, uma definição sócio-histórica.

1.1 Breve análise histórica, social e cultural

O conceito *juventude* tem um caráter instável e, para uma boa compreensão, é necessário verificar os significados da palavra em si. Para tanto, faz-se necessária uma busca na evolução histórica desse conceito, para que seja possível compreendê-lo como uma construção social. Além do mais, a fim de compreender o conceito de juventude, é necessária a problematização da ideia de infância com o objetivo de destituir a naturalização dessas ideias e contextualizá-los conforme o período da história no qual apareceram.

Na sociedade medieval, havia uma separação entre a infância e o universo adulto. Nesse período, diferentemente das crianças, as quais a sociedade europeia considerava como seres dependentes dos pais para posteriormente serem inseridos no cotidiano comunitário e social, os adolescentes e os jovens não eram separados do mundo adulto. Conviviam de perto com os adultos e os idosos e aprendiam com eles as tarefas exercidas diariamente, impossibilitando o desenvolvimento de uma cultura juvenil. Cabe ressaltar que naquele período não havia preocupação com as datas de nascimento, tampouco aniversários. Em comparação aos padrões atuais, a expectativa de vida era demasiadamente baixa e a passagem da infância para a maturidade se dava de forma bastante rápida, alcançando-se a velhice prematuramente (Santos, 2001).

No entanto, essa separação de cunho social não apresentava outras divisões relacionadas às etapas da vida humana, ou seja, não havia nenhuma preocupação com o indivíduo adolescente. A partir do século XVIII, entre a burguesia, a moderna acepção de infância e juventude começou a ser esboçada (Ariès, 2003). Durante esse período, em meio à expansão do mercantilismo e do fortalecimento da classe burguesa, a juventude e a adolescência passam a ser entendidas como outras fases do desenvolvimento da vida de um indivíduo (Raitz, 2008).

Segundo Flitner (1968), os primeiros estudos científicos relacionados à infância e à juventude datam do século XVIII. Há, nessa época, um grande interesse pela posição, pela essência e as maneiras de ser do homem no mundo, estendendo-se à infância e à juventude. De acordo com Ariès (2003), “as idades da vida não correspondiam apenas a etapas biológicas, mas a funções sociais; sabemos que havia homens da lei muito jovens, mas,

consoante a imagem popular, o estudo era uma ocupação dos velhos” (Ariès, 2003, p.9). Portanto, havia uma falta de precisão nas aplicações dos conceitos de juventude e de jovens na época, normalmente utilizados como contraste ao conceito de criança. Conforme disserta Flitner (1968), o período juvenil da época não possuía contornos precisos, uma vez que ainda começa ser objeto de atenção, inclusive na literatura¹.

Sendo assim, tanto a ideia de juventude como a de infância não eram as mesmas de hoje em dia. A concepção arbitrária dessas categorias pode ser explicada pelo fato de que os marcos biológicos, como a puberdade, não tinham importância. A infância, de certo modo, estava relacionada à dependência² e, quando o indivíduo deixava essa condição, passava a ser considerado adulto (Ariès, 2003). Sendo assim, a juventude não era percebida como um período particular e nem era valorizado nesse sentido durante o período medieval. De acordo com Ariès (2003), os significados hodiernos atribuídos à juventude tomaram maior consistência no século XX, quando, após a Primeira Guerra Mundial, os combatentes da frente de batalha se opuseram às velhas gerações da retaguarda. O autor afirma que essa consciência de juventude começou com os ex-combatentes e podia ser percebida nos demais países beligerantes. É somente a partir do século XX que a escola, a organização militar e as instituições confessionais começam a se preocupar com a identificação social e

¹ Na literatura, pode-se dizer que aconteceu em 1877, a partir da obra de Goethe “Os sofrimentos do jovem Werther”, inaugurando o romantismo que, de acordo com Morin, se trata de “um imenso movimento de fervor e de desencantamento juvenil, que se segue ao desmoronamento do velho mundo e anuncia as aspirações do novo homem”. (Morin, 1999, p. 148).

² Dependência, nesse caso, refere-se ao colo e abrigos dos pais.

política da juventude e que os jovens passaram a ser inseridos em espaços específicos, contribuindo para sua expansão em diversos setores sociais e para o surgimento de novos conceitos ligados à juventude (Ariès, 2003).

Como foi dito acima, o processo de aprendizado medieval, através da convivência dos adultos com os jovens, promovia a transmissão cultural (Santos, 2001). De acordo com Ariès (2003), os colégios da Idade Média não diferenciavam nem separavam os indivíduos pela faixa etária, todos eram acolhidos da mesma maneira, mesmo que adiantados ou atrasados nos graus de conhecimento. Por outro lado, o surgimento da sociedade capitalista destituiu a convivência generalizada, implantou uma rigorosa disciplina e dividiu os indivíduos por idade. Dois tipos de escola surgiram: a primária, que se destinava ao povo e outra, mais demorada, destinada à nova classe emergente, qual seja, a burguesia.

Charlot (2006) argumenta que, quanto maior o desenvolvimento de uma sociedade, mais longo o tempo em que os jovens frequentam a escola e, segundo ele, é preciso educar os jovens para que possam contribuir para a produção de riqueza. No século XIX, as crianças deixaram a vida produtiva; no meio do século XX o mesmo aconteceu com os adolescentes. Nos tempos de hoje, a escolarização e o afastamento do trabalho atingiu a faixa etária dos pós-adolescentes (15 a 20 anos) e dos jovens adultos (20 a 25/ 30 anos). Apareceu, então, uma nova categoria etária: a juventude. Diferentemente da infância e da adolescência, essa categoria é uma construção sócio-histórica da sociedade capitalista. Apesar de já serem, biológica, física e intelectualmente, considerados adultos, os jovens ainda se deparam com uma situação de dependência característica das crianças e dos adolescentes.

Alguns autores, como Abramo (1997), entendem a juventude como um período perturbador, turbulento e difícil da vida de uma pessoa, por causa dos sentimentos que normalmente são desencadeados nessa fase - como a rebeldia – e, por isso, os jovens precisariam do amparo adulto. De acordo com a autora, durante os anos de 1950 e início de 1960, tornou-se comum nos países mais desenvolvidos economicamente a busca dos jovens por maior autonomia e liberdade, causando o distanciamento entre eles e suas famílias.

Considerava-se como problema social da juventude dos anos de 1950 a tendência para a transgressão e a delinquência, expressas na figura dos “rebeldes sem causa”. Quando as ações delinquentes ultrapassam os setores considerados marginalizados e passam a ser frequentes entre os jovens que possuíam plenas condições de serem integrados ao mundo adulto – como os jovens operários e os de classe média –, a juventude começa a ser vista como uma categoria social com alto potencial delinquente. O problema é visto como uma dificuldade dos jovens de se ajustarem ao mundo adulto e tal explicação é baseada na ideia de que essa fase é essencialmente complicada. Daí a formação de culturas juvenis incompatíveis com a sociedade adulta.

As soluções tomadas foram diversas medidas sócio-educativas, com a finalidade de controlar a juventude e de conter a delinquência. Mais adiante, chega-se a um entendimento de que tal comportamento desviante faz parte de um desconforto e de uma agitação tipicamente adolescentes, e as culturas, antes rechaçadas, passam a ser vistas como espaços de socialização, resultados do processo de integração desse grupo à sociedade adulta. Portanto, pensava-se que, se bem conduzida, a maioria dos jovens se ajustaria à sociedade normalmente, mesmo aqueles que tivessem encontrado dificuldades no caminho (Abramo,

1997). Em outras palavras, a categoria *juventude* adquire uma visão moral compreendida entre o sentido positivo e negativo.

Os anos de 1960 e começo dos de 1970 foram marcados pelos movimentos estudantis ³, por um consumo musical abundante, motivando o rompimento com as regras vigentes e com as formas de dominação (Raitz, 2008). De acordo com Abramo (1997), a ameaça juvenil à ordem social passa a ser exercida nas esferas política, cultural e moral. O surgimento de diversos movimentos de oposição e crítica a regimes autoritários e formas de dominação leva ao desencadeamento de atitudes concretas em busca de mudanças. A juventude passa a ser vista como a categoria social que poderia proporcionar uma profunda transformação naquela sociedade.

Nesse período, a questão da juventude ganha maior visibilidade no Brasil por conta do numeroso engajamento de jovens de classe média, secundaristas e universitários em partidos de esquerda, em movimentos estudantis ou culturais de oposição – e posteriormente de luta – contra o regime autoritário vigente e contra os padrões de comportamento da época (Abramo, 1997). Houve forte repressão por parte da aparelhagem estatal, mas também muita esperança de transformação do lado descontente com o sistema (Ianni, 1968) e, mesmo esses setores, não enxergavam os jovens como capazes de promover efetivamente uma transformação, chegando até a avaliar algumas manifestações

³ Episódios marcantes desse período foram os movimentos liderados por norte-americanos pelos direitos civis e contrários à guerra do Vietnã, e Maio de 68, quando estudantes franceses fomentaram ações contestatórias à sociedade ocidental (Hobsbawm, 1995).

juvenis como ações inconsequentes pequeno-burguesas, e que poderiam, inclusive, ameaçar a possibilidade de transformação⁴.

Mais uma vez, a posterior assimilação da juventude desse período contribuiu para uma revisão de sua imagem, fazendo com que passassem a ser vistos como uma geração idealista, criativa e comprometida com uma mudança social.

No final dos anos de 1970, acontecimentos econômicos mundiais e a reestruturação da economia capitalista geraram um grande desemprego e, por conta disso, os jovens optaram por passar mais tempo dedicando-se aos estudos. Relacionados a tais fenômenos econômicos, está uma maior concorrência no mercado de trabalho. Sendo assim, os jovens passaram a vislumbrar maior graduação e, pelas poucas chances de encontrar emprego, permaneceram na escola/ universidade. O tempo em que esse indivíduo fica afastado da vida ativa tornou-se mais longo e, assim, maior o período da juventude (Charlot, 2006).

Nas décadas seguintes, dos anos de 1980 e 1990, a juventude se configura como uma categoria social moldada por símbolos contemporâneos e em busca de valores baseados nos dos adultos. Na opinião de Abramo (1997), os jovens da geração dos anos de 1980, ao contrário, foram considerados como apáticos, individualistas, consumistas, conservadores e indiferentes aos temas políticos. O problema passa a ser a incapacidade de

⁴ Segundo Simões Borelli *et all* (2009), nas décadas de 1960 e 1970 existia uma associação da juventude com a camada da população escolarizada da classe média com acesso ao ensino médio e à universidade.

resistir ou de buscar possíveis modificações nas tendências negativas do sistema social vigente, abrindo mão do seu papel de “fonte de mudança”, herdado da geração anterior.

Nos anos de 1990, é perceptível a ausência dos jovens nos canais de participação política. Para Abramo (1997), essa ausência está relacionada à inexistência ou fraqueza dos atores juvenis no meio político. Os jovens dessa década e do começo dos anos 2000 não apresentam interesse pela política e tampouco pelas questões sociais, consequência do culto ao individualismo e, também, do pragmatismo, que se apresentam como tendências sociais.

A imagem em destaque no Brasil é aquela dos jovens que assustam e ameaçam a integridade social: o jovem que é pobre, perambulando pelas ruas, convivendo com a violência e o hedonismo concomitantemente. A presença de grande número de jovens nas ruas, envolvidos em ações individualistas e de fragmentação – ou seja, praticando atos de violência que fogem aos padrões de conduta normais e legais da sociedade, tais como arrastões, *surf* ferroviário, gangues e galeras, vandalismo gratuito, para listar alguns –, são consequência da cultura que estimula o hedonismo e, assim, o extremo individualismo (Abramo, 1997). Todos esses acontecimentos direcionam as atenções para os problemas de comportamento que causam um desvio no processo de integração social dos adolescentes.

Nesse caso, os jovens eram (e ainda são) vistos como vítimas da lógica econômico-social, da desigualdade, da exclusão, do “mundo à parte” que seriam as favelas cariocas, onde a dinâmica do tráfico é a que prevalece. Por falta de opção, ainda como crianças, esses indivíduos são persuadidos a trabalhar para o tráfico, por exemplo. Naquele meio social, o tráfico e a marginalidade impõem padrões culturais e morais que, de certa maneira,

conformam a vida na favela, já que não havia outras referências para esses jovens que estavam completamente esquecidos pelo poder público e, mais uma vez, não foram aceitos como interlocutores em um debate a fim de buscar soluções para problemas e tendências sociais da nossa sociedade.

Entre os anos de 1930 e 1970, período conhecido como de modernização do país, os jovens participaram com destaque a favor dos processos de democratização e combate às estruturas conservadoras. No entanto, ambos os lados políticos apresentavam reservas quanto às ações desses. Do lado conservador, havia suspeita de baderna e de radicalismo transgressor; alguns setores esquerdistas suspeitavam de alienação ou de radicalismo inconsequente pequeno-burguês. A partir dos anos de 1980 é que há, de fato, o enfraquecimento dos atores juvenis, o que acarretou no desaparecimento dos jovens da cena política. Uma possível exceção foi a participação juvenil no processo de *impeachment* do então presidente do Brasil, em 1992. Assim mesmo, alguns pensadores criticam esse movimento por apresentarem características espetaculares, com mais traços de “festa” do que de uma real manifestação politizada (Abramo, 1997) ⁵.

Sendo assim, o conceito de juventude não possui uma única definição, já que, em cada período histórico, demonstra características próprias relacionadas ao contexto social de cada época.

“(…) os sujeitos são influenciados pela sociedade em que vivem e, por isso, comportam-se, pensam e agem de maneira diferenciada. É dessa forma que se pode

⁵ Uma exceção a ser considerada é o movimento da juventude negra (Abramo, 1997).

observar como os conceitos de ‘adolescência e juventude’ vêm se transformando ao longo do processo de constituição de nossa civilização.” (Raitz 2008, p. 409).

O conceito de juventude também é algo construído culturalmente, pois é formado de acordo com a especificidade de cada sociedade. Segundo Silva (2009), em sociedades tradicionais, a ascensão para a condição de adulto muitas vezes acontece através de ritos de passagem específicos para tal função. Nas sociedades complexas, os ritos de passagem da juventude para a fase adulta competem com um tipo de supervalorização da faixa etária definida para a juventude ou com outros fatores que podem retardar ou acelerar tal processo.

1.2 “A juventude é apenas uma palavra”: a classificação de jovens

Tal como sugere o título de seu artigo “A Juventude é Apenas uma Palavra”, Bordieu demonstra que a idade é um dado biológico manipulado por um abuso de linguagem, que pode colocar em um mesmo conceito universos sociais que não possuem nada em comum. Ele afirma que as divisões entre as idades são arbitrárias e a fronteira entre juventude e velhice “é um objeto de disputas em todas as sociedades” (p. 112). Segundo o autor, a divisão de jovens e velhos é algo relacionado ao poder. Na Florença do século XVI, por exemplo, enquanto os velhos incentivavam os jovens a uma ideologia da

virilidade, da *virtú* e da violência, reservavam para si a sabedoria, naquele caso, o poder. Sendo assim, as classificações de idade impõem limites e produzem uma ordem na qual cada um permanece em seu devido lugar. Por isso, juventude, assim como velhice, são noções construídas socialmente na luta entre jovens e velhos. Ainda segundo o autor,

“a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e [...] o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente.” (p. 113).

Manheim (1968) também defende a ideia de que a juventude possui significados diferentes em cada sociedade. Seu argumento é de que, mesmo que surjam novas gerações, cada sociedade, conforme sua estrutura social e natureza, a utiliza de uma certa maneira. No entanto, de acordo com Charlot (2006), por mais diferentes que os jovens sejam entre si, apresentam traços culturais em comum e, ainda, o fato de serem considerados jovens pelos adultos e por si mesmos. Visto dessa maneira, não seria possível renunciar ao plural e tampouco ao singular. Segundo ele, a juventude é a maneira pela qual os jovens enfrentam o problema de suas relações com a geração que os precedem e com o mundo adulto.

Conforme Flitner, Stanley Hall foi o primeiro pensador a dedicar uma monografia ao período da juventude: *Adolescence* (1904). Neste trabalho, o autor defendia a ideia de que “as dificuldades psíquicas perceptíveis, apresentadas nesse período, pertencem-lhe naturalmente, estando em ligação causal com o processo de amadurecimento biológico.” (Flitner, 1968, p.45). A obra de Hall obteve grande repercussão na Alemanha. Apesar de sua pesquisa ter sido baseada em inquéritos e levantamentos considerados importantes e

que proporcionaram um quadro bastante multifacetado desse período etário, era notável que a vida do jovem americano era bastante diferente da vida do jovem alemão (Flitner, 1968).

1.3 O problema

O conceito moderno de juventude estabelece que essa fase corresponde a uma etapa da vida marcada pela transição entre a infância e a vida adulta – essa, caracterizada pela independência e pela responsabilidade dos indivíduos. O processo de transição tradicional, no caso masculino, se dá pela saída da escola, após o término da educação obrigatória, e pela inserção no mercado de trabalho e constituição de domicílio. Já no caso feminino, essa transição normalmente se dá pela constituição de domicílio e da maternidade (Ribeiro et Neder, 2009). No entanto, a forma como o mercado de trabalho está sendo reestruturado e a recorrência do desemprego coloca a autonomia financeira em risco. O tempo que os jovens levam para sair de casa e entrar no mercado de trabalho aumentou, assim como aumentou também a proporção de jovens que frequentam a escola e trabalham ao mesmo tempo (Ribeiro et Neder, 2009; Charlot, 2006). Por isso, a inserção no mercado de trabalho e a transição para a vida adulta, que corresponderia a uma fase de autonomia e independência, tornaram-se mais difíceis.

Na sociologia, o conceito de juventude normalmente utilizado⁶ é referido como um momento de transição na vida de um indivíduo. É considerada a passagem da fase da infância para a fase de maturidade, correspondente a um momento dramático e peculiar de socialização. Neste período, os indivíduos participam de uma espécie de integração e tornam-se membros da sociedade, utilizando elementos culturais do universo adulto e assumindo suas típicas funções. Como argumenta Abramo (1997), esse momento é de extrema importância do ponto de vista da continuidade social, pois é quando o indivíduo será integrado ou não à sociedade, e, assim, acarreta em resultados para si e para a manutenção da coesão social.

A juventude, nesse caso, é pensada como um processo de desenvolvimento social, incluindo a expansão de capacidades, visando a uma adaptação à vida adulta, com todas as atribuições, funções e atitudes que se esperam dela. Assim, a principal preocupação da sociologia com relação à temática da juventude é sobre o processo de socialização experimentado pelos jovens e as disfunções desse mesmo processo. O jovem, visto como futuro membro da sociedade, deve ser integrado a ela de modo funcional. Por isso, os teóricos que tratam do tema concentram suas atenções nos “problemas”, ou seja, nas falhas, disfunções ou anomias no processo de integração social e, conseqüentemente, no risco para a continuidade social (Durkheim, 1993).

⁶ Essa concepção, difundida comumente como noção social, tem origem na sociologia funcionalista - que, grosso modo, interpreta os fatos sociais com base nas funções que cada um desempenha na sociedade, proporcionando a manutenção da estrutura social de uma determinada cultura.

Para Manheim (1968), o problema da juventude pode ser explicado através das seguintes perguntas: o que a juventude pode nos dar? O que a juventude pode esperar de nós? Em seu texto, ele apenas se atém à primeira questão, pensando em qual seria o significado da juventude em nossa sociedade e como ela poderia contribuir para vida em sociedade. Ele defende a ideia de que existe uma reciprocidade entre a juventude e a sociedade. Nesse sentido, a educação e os ensinamentos dados aos jovens dependerão do que a sociedade espera (ou quer) como contribuição desses jovens. Ou seja, as necessidades da juventude não devem ser formuladas de maneira abstrata, mas sim relacionadas com o que necessita e quais as finalidades daquela sociedade (Manheim, 1968).

“(...) o *laissez-faire* do liberalismo perturbou o equilíbrio salutar entre o indivíduo e a sociedade, focalizando sua atenção quase que somente no indivíduo e esquecendo o ambiente concreto da sociedade em geral para a qual se espera que o indivíduo ofereça sua contribuição.” (Manheim, 1968, p.70).

Segundo Abramo (1997), depois de anos de ausência nos debates acadêmicos, os jovens voltaram a ser tema de pesquisa e discussão. Nota-se que a maior parte dos trabalhos nesse âmbito são voltados para a discussão dos sistemas e instituições com as quais os jovens convivem cotidianamente ou das estruturas sociais que configuram situações de dificuldade para os jovens. De acordo com a autora, poucas reflexões enfocam o modo como os próprios jovens vivenciam e elaboram tais situações.

Outra informação a ser notada é relacionada às políticas públicas voltadas a essa categoria social. Ao contrário de outros países, o Brasil não possuía uma tradição de

políticas voltadas exclusivamente aos jovens que não seja a educação formal⁷. Contudo, no final dos anos de 1990 e começo dos anos 2000, é possível perceber alguma preocupação dos formuladores de políticas públicas com os jovens. Começam a aparecer projetos no âmbito municipal e estadual visando especificamente a esse segmento da população, tais como programas de capacitação profissional, serviços de saúde, cultura e lazer. No plano federal, houve a criação da Assessoria Especial para Assuntos de Juventude, vinculada ao Ministério da Educação. Houve, também, um grande aumento do número de projetos e programas por parte de ONGs, associações beneficentes, instituições assistenciais, entre outros, destinados aos jovens. A maioria desses projetos destina-se a adolescentes em desvantagem sócio-econômica, em risco, submetidos à exploração sexual ou envolvidos com o consumo ou o tráfico de drogas etc.

Na opinião de Abramo, visando a diminuir os obstáculos de inserção social dos jovens em desvantagem, seja através de programas de ressocialização ou de capacitação profissional, que muitas vezes não chegam a promover uma real qualificação laboral, a grande parte desses projetos promovem uma espécie de “contenção do risco real ou potencial desses garotos, pelo seu ‘afastamento das ruas’ ou pela ocupação de ‘suas mãos ociosas’”. (Abramo 1997, p.26). A seu ver, tais projetos têm um caráter imediatista e

⁷ Abramo afirma que, desde o século XX, na Europa e nos EUA, vêm sendo desenvolvidas formulações de políticas públicas voltadas aos jovens, além da nomeação de instituições do governo responsáveis por sua implementação. Especificamente nos países de língua hispânica da América Latina, tal fato ganha força nos anos de 1980, incentivado principalmente pela CEPAL, pela ONU e pelo governo espanhol. Infelizmente, esse fenômeno não influenciou o Brasil.

desarticulado, além de apresentar uma pequena capacidade de compreensão, por parte dos agentes sociais, sobre os jovens. É importante conhecer amplamente suas características, questões, experiências e modos de interpretar as situações problemáticas que enfrentam. Para tal, Abramo defende um tratamento singularizado dos adolescentes e dos jovens, a exemplo do que acontece com as crianças⁸.

A maioria das abordagens relacionadas aos jovens analisa-os como problema social, apresentando dificuldade em considerá-los como sujeitos e de pensá-los como capazes de formular questões e propor ações importantes, de sustentar um debate com outros atores e de contribuir para a solução dos problemas sociais. É comum, nos debates que abordam a relação jovens/ cidadania, o enfoque dos problemas. A maioria das questões levantadas é relacionada à privação, a desvios, à prostituição, a drogas, à gravidez precoce, à violência etc. Além disso, dificilmente as questões são enunciadas pelos jovens, pois normalmente não existe um espaço comum de manifestação entre os grupos juvenis e os atores políticos (Abramo, 1997).

É importante ainda destacar que, sob o ponto de vista de definição moral, parece permanecer a visão negativa do jovem. De acordo com Abramo,

“Os jovens só estão relacionados ao tema da cidadania enquanto privação e mote de denúncia, e nunca – ou quase nunca – como

⁸ Existe uma profusão de informação, conceituação, pedagogias e metodologias próprias ocupados com a questão da infância no Brasil. (Abramo, 1997).

sujeitos capazes de participar dos processos de definição, invenção e negociação de direitos.” (Abramo, 1997, p. 28).

Se está acertado o que afirma Abramo, que

“A juventude só se torna objeto de atenção enquanto representa uma ameaça de ruptura com a continuidade social: ameaça para si própria ou para a sociedade. Seja porque o indivíduo jovem se desvia do seu caminho em direção à integração social – por problemas localizados no próprio indivíduo ou nas instituições encarregadas de sua socialização ou ainda por anomalia do próprio sistema social – seja porque um grupo ou movimento juvenil propõem ou produz transformações na ordem social ou ainda porque uma geração ameace romper com a transição da herança cultural.” (Abramo, 1997, p.29),

quais seriam as condições sociais desse jovem estereotipado negativamente para se livrar dessa negatividade? Em outras palavras, a definição negativa e moral sobre juventude por parte da sociedade parece estar ligada à ideia de política e de poder e, nesse caso, Bourdieu parece estar correto.

A juventude é comumente vista como uma categoria social interessante para identificar os dilemas contemporâneos, é o “retrato projetivo da sociedade” (Abramo, 1997).

“(...) condensa as angústias, os medos assim como as esperanças, em relação às tendências sociais percebidas no presente e aos rumos que essas tendências imprimem para a conformação social futura.”
(Abramo, 1997, p.29).

Manheim (1968) acredita na força vital dos jovens e defende que as sociedades que não se utilizam desse recurso são as sociedades estáticas, cujo desenvolvimento é gradativo e a taxa de mudança é consideravelmente baixa. Sociedades desse tipo demonstram-se resistentes a romper com as tradições e, por isso, não incentivam as potencialidades da juventude. Por outro lado, as sociedades dinâmicas, independentemente de sua configuração política ou social, acreditam na cooperação da juventude e confiam na sua capacidade em provocar mudanças na sociedade.

“Em ambos os casos (mudança através de revolução ou de reforma), desde que haja vontade de dar uma nova saída, isto terá de ser feito por intermédio da juventude. As gerações mais velhas e intermediárias talvez possam prever a natureza das futuras mudanças e sua imaginação criadora pode ser empregada para formular novas diretrizes, porém a nova vida só será vivida pelas gerações mais moças. Elas viverão os novos valores que os mais velhos professam apenas teoricamente. Aceita esta verdade, a função específica da mocidade é a de agente revitalizante; é uma espécie de reserva que só se põe em evidência quando essa revitalização for necessária para

ajustamento a circunstâncias em rápida mudança ou completamente novas.” (Manheim, 1968, p. 72).

De acordo com Manheim, a sensação de conflito dos jovens de nossa sociedade é um reflexo do caos existente na vida pública e suas atitudes confusas são nada mais do que uma reação natural proveniente de sua inexperiência. Os conflitos existentes nas sociedades modernas não faziam parte do cotidiano dos indivíduos antes deles alcançarem esta fase da vida⁹, “a juventude chega aos conflitos de nossa sociedade moderna vinda de fora” (p. 74) e, por isso, Manheim acredita ser a juventude o principal grupo com possibilidades efetivas de promoção de uma mudança social.

De acordo com Simoes Borelli *et all* (2009), a construção social do conceito *juventude* é caracterizada por ser uma luta histórica , assim como as lutas dos diferentes grupos sociais, em busca dos seus direitos individuais e coletivos. No Brasil, a incorporação da juventude como tema específico de ação governamental é relativamente recente. No período entre as décadas de 1960 e 19770, havia a ausência de ações governamentais cujo objetivo fosse o jovem como figura social de direito. Os autores lembram que, apesar da inexistência de políticas públicas voltadas especificamente para os jovens, não se exclui a existência desse grupo como camada social que responde a certos estímulos quando motivados.

⁹ Nas sociedades primitivas, por exemplo, não ocorrem os conflitos mentais que acometem nossos jovens, pois não há a separação radical entre as regras vivenciadas em família e as que existem no mundo dos adultos (Manheim, 1968).

Charlot constata uma espécie de “juvenilização” nos discursos dos valores sociais e profissionais. A sociedade moderna estimula cada vez mais novos desejos, produção de novos objetos, de novos serviços. Nos discursos empresariais, é cada vez mais enaltecida a inovação, a flexibilidade e a mobilidade, exigências que são atribuídas a uma rápida renovação das técnicas de trabalho e às novas maneiras de gestão do pessoal. De acordo com Charlot, a nova gestão de pessoal, desenvolvidas nos anos de 1970 e 1980, instauram a ideia de ampla mobilidade e flexibilidade da mão-de-obra. Os trabalhadores devem ser flexíveis e aceitar mudar de posto de trabalho quando forem solicitados para serem, assim, úteis à empresa. O jovem é conhecido por mudar-se e adaptar-se com facilidade e os valores divulgados globalmente nas sociedades capitalistas estão geralmente associados à ideia de juventude. Por outro lado, existe uma resistência na contratação dos jovens justificada pela falta de experiência dos mesmos. Sendo assim, espera-se dos adultos valores, comportamentos e uma aparência juvenil, o que Charlot chama de “uma tendência à juvenilização dos adultos” (Charlot, 2006).

Por outro lado, pode-se dizer que há uma “adultização” dos jovens. Para Charlot, a adoção, por muitos adultos, de modelos juvenis de comportamento, e a conseqüente falta de modelos adultos, dificultam a estruturação dos jovens. Além disso, as referências políticas e éticas, como o comunismo e o socialismo, que influenciaram os movimentos juvenis do passado, desmantelaram-se. Charlot afirma que, ao contrário das gerações que os antecederam, os jovens modernos já não procuram mais na política as referências e normas que os ajudem a guiar suas vidas, mas sim na religião (Charlot, 2006). Os jovens, principalmente os da camada economicamente inferior, sofrem uma pressão constante:

precisam ter um diploma, um emprego, resistir às drogas, à violência, à AIDS, assumir a responsabilidade de pai ou de mãe, serem bonitos, alegres e livres. Enfrentam problemas da vida adulta. É comum encontrar indivíduos na faixa etária de 15 a 19 anos com uma vida sexual, conjugal e familiar e, muitas vezes assumindo a paternidade ou maternidade de uma criança. Assumem, então, compromissos e responsabilidades de um adulto antes mesmo de ter um emprego ou recursos financeiros.

Marialice Foracchi, Simoes Borelli *et all* (2009) argumentam que “é na condição juvenil que o indivíduo se encontra, de fato, diante das trajetórias e opções de vida oferecidas pelo sistema e deve escolher o tipo de adulto que será no futuro. Uma vez que as alternativas são limitadas ou estão na contramão dos ideais e valores legitimados por um modelo particular de juventude hegemonicamente constituído, nem sempre os jovens conseguem responder pelos propósitos de criação, busca e improvisação.” (Simoes Borelli, p.378, 2009).

Para Raitz (2008), o melhor seria se os jovens pudessem obter uma formação educacional sólida para, quando alcançarem a idade adulta, ingressarem no mercado de trabalho. Contudo, os jovens pertencentes às camadas populares precisam trabalhar para suprir suas necessidades básicas e, assim, encontram dificuldade de concluir ao menos o Ensino Médio. Percebe-se que o trabalho é o propósito de vida dos jovens pesquisados pela autora, que acredita ser necessário que as Políticas Públicas atendam em caráter de urgência as demandas desses jovens brasileiros, uma vez que “anseiam por condições dignas de vida na esfera do trabalho e da educação.” (Raitz 2008, p.415).

Na pesquisa realizada por Raitz (2008), os jovens entrevistados sentem-se fragilizados nas tentativas de inserção laboral. As experiências adquiridas com o trabalho formal e informal manifestam aspectos de impotência em conseguir inserção e permanência no trabalho formal. Para os jovens estudantes/trabalhadores, o desemprego é uma grande preocupação e comumente eles se mostram insatisfeitos com a possibilidade de não alcançarem um trabalho, seja no mercado formal ou informal.

Essa frustração vem acompanhada de sentimentos de impotência, de vergonha e de exclusão social – bastante perceptível nesse processo. A autora nota também que a família apresenta a função importante de suporte psicológico e os ajuda a continuar lutando por melhores condições de vida. Na pesquisa em questão, a família é percebida pela maioria dos jovens como alicerce, já que se mostra como núcleo de apoio para continuarem atrás de seus projetos e realizações, caso que será percebido adiante também nas comunidades estudadas.

Capítulo 2

Abordagem sobre as principais definições e teorias sobre a pobreza

Há diversas visões antigas e contemporâneas sobre o que é a pobreza e, por isso, a apresentação e a discussão sobre essas visões é importante para situar melhor o objetivo da presente dissertação. Na Inglaterra, a partir do século XVIII, a perspectiva da pobreza como uma questão individual e pejorativa era comum entre pensadores e população. Exemplo disso foi a teoria de Thomas Malthus, que defende que a pobreza é “(...) culpa dos próprios pobres, que não têm determinação e força de vontade para trabalhar” e que a “(...) causa principal da pobreza era a grande velocidade com que as pessoas se multiplicavam, em contraste com a pouca velocidade em que crescia a produção de alimentos”. (Schwartzman, 2001)¹⁰.

Talvez não tenha sido por acaso a manifestação dessa visão na Inglaterra, pois, sendo o berço da industrialização, o contexto contribuiria para o aparecimento de teorias ditas “mais racionalistas” em oposição às visões cristãs sobre a pobreza.

¹⁰ Sintetizando a concepção malthusiana, Simon Schwartzman (2001) destaca que, para essa visão de pobreza, a situação “(...) se resolveria facilmente se os pobres controlassem seus impulsos sexuais e deixassem de ter tantos filhos. Minorar sua miséria só agravaria o problema, porque, alimentados, eles se reproduziriam mais ainda. A melhor solução seria educá-los, para que aprendessem a se comportar; ou então deixá-los à própria sorte, para que a natureza se encarregasse de restabelecer o equilíbrio natural das coisas”.

Uma sociedade em processo de industrialização provocaria, quiçá, as comparações entre indivíduos que trabalham e ganham a vida e outros que não o fazem. Mesmos as sociedades protestantes que aparecem neste período, como foi o caso da Alemanha, e que viam a riqueza como reconhecimento de sucesso e com a graça de Deus, combinaram a pobreza com a falta de dignidade pessoal.

Essas visões de pobreza e indignidade não impediram que se valorizasse a caridade como ato divino e necessário. Enquanto esse enfoque foi predominante, foi difícil introduzir o papel do Estado como um elemento importante para diminuir a pobreza. Como afirma analisando a visão de pobreza nos Estados Unidos,

“(...) antes do século XIX teria sido absurdo imaginar a abolição da pobreza. (...) A maioria das pessoas nasciam, viviam e morriam na pobreza. As questões eram, então, quem, entre os necessitados, deveria receber ajuda? De que maneira a caridade deveria ser administrada?” (Katz, apud Schwartzman, 2001) ¹¹.

A preocupação com a pobreza e a exclusão social estaria nas origens das principais tradições de pesquisa e análise social na Europa e nos Estados Unidos desde o século XVIII. Contemporaneamente, uma das visões mais recorrentes sobre a questão da pobreza é

¹¹ Katz fala da diferença que os autores americanos e ingleses da época estabeleciam entre "poverty" e "pauperism", cuja melhor tradução para o português talvez seja como "pobreza" e "mendicância". A pobreza era entendida como uma condição natural das pessoas, que, em situações especiais, ficavam desvalidas, e merecedoras de amparo; a mendicância, por outro lado, era uma deformação de caráter, e por isto indigna de apoio e ajuda. (Schwartzman, 2001).

aquela que a relaciona com a desigualdade social e é nessa direção que muitos cientistas sociais brasileiros tem trabalhado. É o caso de Simon Schwartzman (2004), para quem a definição de pobreza pode ser trabalhada a partir da ideia de que é possível haver várias aproximações ou elos entre o tema da pobreza e a desigualdade social.

De acordo com Spicker (2007), a pobreza não possui um único significado, mas sim uma variedade de significados ligados por diversas semelhanças. Nas Ciências Sociais, existem ao menos doze entendimentos específicos sobre pobreza. Os entendimentos propostos são específicos porque são logicamente separáveis, de maneira que as características associadas a um sentido não são necessariamente associadas a outros (Spicker, 2007). Nesses entendimentos, ainda segundo o autor, sobrepõem-se duas ou três definições diferentes de um mesmo termo que podem ser utilizadas simultaneamente, em uma mesma posição, dentro do debate sobre a pobreza.

No primeiro grupo de definições de Spicker estão os entendimentos que se referem à pobreza como um conceito material. Nesse caso, as pessoas são consideradas pobres porque não tem algo de que necessitam ou porque precisam de recursos para conseguir algo de que necessitam. Sendo assim, a pobreza também pode ser entendida em termos econômicos. Por isso, um enfoque comumente utilizado para a medição da pobreza é o de renda¹². Muitos estudiosos do tema

¹² Rocha (1998) afirma que, desde os primeiros estudos empíricos de Rowntree, em 1901, com o objetivo de medir pobreza como insuficiência de renda, tem havido a preocupação de, ao estabelecer o valor da cesta alimentar básica (linha de indigência) ou das necessidades totais de consumo no âmbito privado (linha de pobreza), levar em conta, explicitamente, os hábitos de consumo da sociedade em questão. Trata-se de arbitrar valores de despesas que representem o mínimo aceitável em relação às condições de vida predominantes em determinado tempo e lugar.

pobreza chegam a considerar que essa é o equivalente à baixa renda (Spicker, 2007).

Para Rocha (1998), é sabido que “o estabelecimento de parâmetros de renda — as chamadas linhas de indigência e de pobreza — depende de múltiplas escolhas, determinadas tanto por restrições da base de dados disponível, como por julgamento do analista” (Rocha, 1998, p. 6). Para a autora, expoente do estudo de políticas públicas, a “pobreza está vinculada à insuficiência de renda para a satisfação de todas as necessidades básicas, alimentares e não-alimentares” (*Ibidem*). O fundamental, para ela, é que os resultados obtidos devam ser entendidos e analisados em função dos conceitos e opções metodológicos adotados na construção da renda das famílias e na determinação do valor utilizado como linha de pobreza. Aqui, a autora está se referindo ao fato de que membros de uma mesma família possuem necessidades diferentes e, por isso, é ainda um problema “a noção de indivíduo médio [que] tem sido mantida como elemento central dos métodos de estimação de indigência e de pobreza, apesar de se reconhecer que indivíduos têm necessidades de consumo diversas” (Rocha, 1998, p 6).

De acordo com Spicker (2007), a pobreza é uma privação severa: as pessoas são consideradas pobres quando suas condições materiais são avaliadas como moralmente inaceitáveis. Tal definição é claramente um juízo de valor e, sem dúvida, existe um certo grau de arbitrariedade nas classificações. Assim, a questão moral aparece recorrentemente quando se trata da pobreza. Para Schwartzman (2004), bem como a pobreza, a questão

“(…) dos direitos humanos tende a ser vista e vivida como uma questão moral e muitas vezes religiosa, cuja urgência e necessidade deveria se sobrepor a qualquer outro tipo de consideração” (Schwartzman, 2004: p1).

Spicker (2007) sustenta que é preciso ver a pobreza como um conceito composto, que alcança significados variados e que se deve levar em consideração o contexto e a estrutura sobre os quais se está estudando:

“As definições são específicas uma vez que podem ser separadas de maneira lógica e também podem dizer respeito a circunstâncias diversas. Se sobrepõem, já que, em alguns casos, as interpretações podem ser aplicadas de forma simultânea ao mesmo conjunto de condições, quer tenha como referência um mendigo em Calcutá ou pais solteiros que solicitam assistência social na Grã-Bretanha [minha tradução]” (Spicker, 2007, p. 239).

A partir da década de 1980, as pesquisas de domicílio passaram a ser o principal instrumento de medição e análise da pobreza. Diferente dos questionários sobre um tema específico, a pesquisa de domicílio sobre diversos temas tem por objetivo a obtenção de informação de uma ampla gama de temas diretamente vinculados ao bem-estar das famílias. Esse tipo de pesquisa proporciona informações valiosas sobre as condições de vida das pessoas, tais como a renda e os

gastos, a saúde, a educação, o emprego, a agricultura, o acesso aos serviços e à propriedade. Desde então, as pesquisas por domicílio tem sido o principal instrumento de obtenção de dados nas medições de pobreza.

No entanto, essas pesquisas de grande escala nos dão um panorama incompleto sobre a pobreza, já que o significado, a profundidade, as manifestações e as causas desse fenômeno também dependem de fatores que não podem ser captados facilmente com a formulação de tais perguntas. Muitos elementos sensíveis podem ser perdidos, já que não são do conhecimento do investigador. Tais fatores podem ser de cunho cultural, social ou políticos. Também podem ser institucionais, ambientais ou ainda com outras faces.

Igualmente, para Narayan (2000), a pobreza possui várias dimensões e sua persistência está vinculada a essas dimensões que são interconectadas. A pobreza é dinâmica, complexa, está arraigada nas instituições e é um fenômeno específico no que se refere ao gênero e à localização. A configuração da pobreza, segundo a autora, varia de acordo com o grupo social, a estação do ano, a localização e o país.

Das dimensões citadas por Narayan (2000), a primeira se refere à fome e à falta de alimentos. A segunda, tem a ver com dimensões psicológicas, como o sentimento de impotência, a falta de voz, a dependência, a vergonha e a humilhação. Terceira, as pessoas pobres carecem de acesso à infraestrutura básica, ruas pavimentadas, transporte e saneamento. Quarta, necessidade de escolarização. Quinta, temor ao mal estado da saúde e enfermidade como fontes de miséria. Sexta, vulnerabilidade de gênero.

2.1. O conceito de pobreza na literatura das Ciências Sociais

A conceituação de pobreza é algo bastante complexo. Muitos autores, inclusive, defendem que pode ser algo subjetivo e variável de acordo com cada sociedade ou grupo social. É recorrente o erro por juízo de valor, mas, por muitas vezes, essa é estudada do ponto de vista econômico e social, incorporando-se aspectos não-econômicos à análise.

O conceito de pobreza relativa refere-se à pobreza de acordo com padrões existentes na sociedade, e pode ser relacionada com a desigualdade na distribuição de renda. Por isso, é normalmente compreendida conforme o padrão de vida da sociedade em que é analisada, sendo classificadas como pobres aquelas pessoas que se encontram numa camada inferior da distribuição de renda, quando comparadas às que estão na camada superior (Spicker, 2007); ou seja, quando um indivíduo, comparado a outros, possui menores condições de renda (Towsend, 1979). Desse ponto de vista, a pobreza é socialmente definida, ao contrário da pobreza absoluta, e ainda são utilizados métodos comparativos para determiná-la em contraste com outras pessoas, pobres ou não, daquela sociedade. Tanto no padrão de pobreza absoluta, quanto no padrão de pobreza relativa, os critérios são vinculados ao plano macroeconômico.

Para conceituar a pobreza, o enfoque absoluto utiliza um critério de padrões mínimos de necessidades, comumente chamado de linha ou limite de pobreza. A parte da população que não consegue ou não apresenta condições para superar essa linha é considerada pobre. Dentro dessa ideia, há o enfoque biológico, que define a

linha de pobreza a partir dos requisitos nutricionais considerados mínimos para uma dieta alimentar. Para Sen, o enfoque biológico pode ser amplamente questionável, apesar de a desnutrição ter um lugar importante quando se trata da pobreza e de ser uma questão central, sobretudo em países em desenvolvimento. Ele afirma que “Los llamados ‘requerimientos nutricionales mínimos’ encierran una arbitrariedad intrínseca que va mucho más allá de las variaciones entre grupos y regiones” (*ibidem*, p. 3). Seu argumento é de que os hábitos de consumo das pessoas variam consideravelmente, pois, a proporção do que se gasta em alimentos não só depende dos hábitos e da cultura, mas também dos preços relativos e da disponibilidade de bens e serviços (*ibidem*). Dentro do mesmo pensamento, encaixa-se também a crítica ao enfoque dos salários mínimos.

O padrão de vida mínimo muitas vezes também é apresentado a partir do entendimento das necessidades básicas ou dos salários mínimos. Dentro da categoria de necessidades básicas, encontramos a indispensabilidade relativa à alimentação, moradia, vestimentas e serviços considerados fundamentais como água, saneamento, transporte, saúde e educação. Há ainda o ponto de vista dos salários mínimos, cuja ideia é a de que existe um mínimo salarial que é necessário para sustentar um nível de vida mínimo. O padrão de vida mínimo, demonstrado a partir dos diferentes aspectos já citados, é avaliado de acordo com os preços de cada bem ou serviço, sendo calculada a renda necessária para prover tais despesas.

De acordo com Spicker (2007), o conceito de pobreza absoluta é bastante controverso, pois as definições sobre ela variam consideravelmente. A linha de pobreza é normalmente considerada como um limiar concebido a partir da medição de renda ou de

riqueza. Os indivíduos classificados abaixo desse limiar podem ser considerados pobres. Segundo o autor, é possível diferenciar as linhas de pobreza a partir de medições prescritivas, segundo alguma norma, ou descritivas, quando as medições demonstram que os indivíduos que estão abaixo da linha de pobreza são pobres.

Ainda de acordo com o mesmo autor, as linhas de pobreza podem ser identificadas a partir da observação empírica ou da avaliação das necessidades. No entanto, algumas delas foram adotadas principalmente porque proporcionavam um indicador útil ou verossímil de necessidades (Spicker, 2007). Abel-Smith e Townsend (1965), por sua vez, relacionam a linha de pobreza ao nível de vida básico estabelecido pelo governo inglês. Sendo assim, as linhas de pobreza podem ser vistas como indicadores de pobreza e não somente como uma medição precisa, já que a falta de renda pode não ser necessariamente uma medição satisfatória. No entanto, com a finalidade de desenvolver linhas de pobreza mais precisas, essas se tornaram mais complexas e, assim, mais difícil foi sua aplicabilidade.

Comumente, as linhas de pobreza são confundidas com o padrão de renda mínima que alguns países utilizam para estabelecer o valor de seu “salário mínimo”. Spicker (2007) acredita que tais medidas são baseadas em considerações políticas e não necessariamente nas evidências sobre a renda mínima necessária para uma pessoa viver decentemente naquele determinado país.

Entre algumas definições existentes sobre linhas de pobreza, pode-se destacar uma elaborada pelo Banco Mundial, dentre as diversas elaboradas pelo

órgão, que é a “linha universal de pobreza”, normalmente utilizada para a comparação de níveis de pobreza entre os países (World Bank, 1990). O Banco Mundial passa a publicar, a partir de 1978, o *World development report*, que trata do assunto relacionado ao desenvolvimento. A importância desses relatórios nos últimos anos fazem com que sirvam como referência nas discussões sobre pobreza. Esses estudos incluem diversos indicadores que auxiliam na definição de uma fronteira que separa pobres e não-pobres, chamada de linha de pobreza (Farias, 2007).

Essa medição é estabelecida a partir do grau de consumo dos indivíduos e, para isso, são levados em consideração dois dados fundamentais. O primeiro, é o gasto necessário para se ter acesso a um nível mínimo de nutrição e outras necessidades básicas. De acordo com o Banco Mundial, esse elemento pode ser calculado a partir de uma observação dos preços dos alimentos que constituem a dieta dos indivíduos pobres de um determinado lugar. O segundo dado importante levado em consideração é o custo da participação diária da sociedade. Nesse caso, a questão é mais subjetiva e varia muito de país a país, como é o caso citado pelo relatório do Banco Mundial (1990), em que a instalação das redes de tubulação de esgoto em certos países é uma extrema necessidade, enquanto em outros, é considerado um item de luxo.

Por ser um padrão mais fácil e acessível, o primeiro elemento foi valorizado com a Paridade de Poder de Compra, que é de dois dólares diários. Aqueles com renda diária menor do que dois dólares são considerados em pobreza relativa, enquanto que aqueles com renda menor que 1,25 dólar ao dia encontram-se, de acordo com os padrões do Banco

Mundial, em pobreza extrema. Esse padrão não é aplicável a todos os países do mundo, mas somente aos mais pobres.

No entanto, essa definição tem caído em desuso. O relatório do Banco Mundial realizado em 2000 (World Bank, 2000) já leva em consideração não somente os termos monetários, mas também a abordagem sobre se os indivíduos são capazes de possuir tipos específicos de bens de consumo. Verifica-se, nesse caso, se as pessoas têm alimento suficiente, se possuem abrigo, assistência médica e educação. Nesse modo de abordagem, a análise ultrapassa a tradicional medição monetária de pobreza. Desde 2001 o Banco Mundial considera que a situação de pobreza de um indivíduo está vinculada a três fatores principais: moradia localizada em uma área pobre, baixa escolaridade e família numerosa.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) também possui um entendimento mais amplo da questão. Em sua análise, que incorpora ideias de Amartya Sen, são examinadas a totalidade das condições que permite a um sujeito e a sua família fazerem parte da sociedade em que vivem sem sofrerem privações ou necessidades. A inovação de Sen traz à tona aspectos microeconômicos da pobreza, como maior ou menor vulnerabilidade e falta de voz e participação política (Pizzio, 2009).

A partir da década de 1990, o PNUD realiza o cálculo do Índice do Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH é caracterizado por ser uma medida universal e sintética do desenvolvimento humano que engloba o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, longevidade e educação, com o objetivo de alcançar uma análise mais condizente com a realidade de privações dos indivíduos de uma determinada região ou país. Sendo

assim, oferece um complemento ao PIB *per capita*, que considerada somente a dimensão econômica do desenvolvimento. Acaba, então, por gerar um padrão na avaliação da medida do bem-estar e faz com que seja possível uma comparação entre diferentes regiões do mundo (Pizzio, 2009).

A conceituação da pobreza muitas vezes leva em consideração abordagens arbitrárias, sobretudo as que pretendem um enfoque em termos absolutos. Para Sen, “(...) no hay razón alguna para suponer que la idea de pobreza deba ser tajante y precisa.” (Sen, 1992, p. 4).

Provavelmente, o enfoque mais amplo do bem-estar foi elaborado por Amartya Sen, que argumenta que o esse é proveniente da capacidade de funcionamento dentro de uma sociedade (Sen, 1985). Segundo ele, a pobreza surge quando há falta de capacidades humanas e, assim, os indivíduos possuem renda e educação insuficiente, saúde precária, insegurança, baixa auto-estima, sentimento de impotência ou ausência de direitos.

As capacidades a que se refere Sen são as habilidades básicas que as pessoas necessitam para ter uma vida plena em seu funcionamento. Ele argumenta que o nível de vida é determinado por tais capacidades, e conceitua a pobreza como uma privação das capacidades humanas. Tal argumento baseia-se na análise das limitações das capacidades básicas de que as pessoas dispõem para exercerem atividades, como estar adequadamente alimentadas, possuir saúde que as permita ter uma vida prolongada e saudável e saber ler e escrever, por exemplo. De acordo com Sen (2000), a medida monetária do nível de vida

não consegue retratar a gama de oportunidades que os indivíduos possuem para atingir um nível de vida minimamente adequado.

Para Sen, o enfoque biológico pode ser amplamente questionável, apesar de a desnutrição ter um lugar importante quando se trata da pobreza e de ser uma questão central, sobretudo em países em desenvolvimento. Ele afirma que “Los llamados ‘requerimientos nutricionales mínimos’ encierran una arbitrariedad intrínseca que va mucho más allá de las variaciones entre grupos y regiones” (*ibidem*, p. 3). Seu argumento é que os hábitos de consumo das pessoas variam consideravelmente, pois a proporção que se gasta em alimentos não só depende dos hábitos e da cultura, mas também dos preços relativos e da disponibilidade de bens e serviços (*ibidem*). Dentro do mesmo pensamento, também se encaixa a crítica ao enfoque dos salários mínimos.

Tanto a linha de indigência quanto a linha de pobreza são medições baseadas no orçamento e na cesta básica de alimentos, que, por sua vez, são calculados a partir dos níveis de subsistência similar ao conceito de pobreza primária de Rowntree (Spicker, 2007). De acordo com Spicker, nas Ciências Sociais existem ao menos doze entendimentos específicos¹³ sobre pobreza. Nesses entendimentos, ainda segundo o autor, sobrepõem-se, duas ou três definições diferentes de um mesmo termo que podem ser utilizadas simultaneamente, em uma mesma posição, dentro do debate sobre a pobreza.

As abordagens de privação de capacidades elaboradas por Sen são bastante difundidas e utilizadas e, dessa maneira, ocupam um lugar importante na discussão

¹³ Os entendimentos propostos são específicos porque são logicamente separáveis, de maneira que as características associadas a um sentido não são necessariamente associadas a outros. (Spicker, 2007).

acadêmica do tema *pobreza*. Em seu processo de definição da pobreza, ele defende que ela deve ser encarada como uma característica dos pobres e não dos que não são pobres (Sen, 1992). Dessa maneira, para ele, o conceito de pobreza é relacionado com as condições dos indivíduos pobres. Em sua conceitualização, ele utiliza variáveis mais amplas, chamando atenção para o fato de que as pessoas podem sofrer privações em diferentes campos de suas vidas. Ser pobre não significa somente uma privação de cunho material (Sen, 2000).

Para Sen (*ibidem*), a pobreza é definida como uma ausência da liberdade básica de um indivíduo, liberdade de ter estilos de vida diferentes. Segundo ele, o desenvolvimento pode ser percebido como um processo de expansão das liberdades reais dos indivíduos. Ainda que a renda seja um fator importante para expandir as liberdades que os membros de uma sociedade possam usufruir, tais liberdades também dependem de outros fatores como a situação social e econômica e os direitos civis.

Sendo assim, o desenvolvimento como expansão das liberdades essenciais demanda que sejam removidas as privações de liberdades mais destacadas como pobreza, falta de oportunidades econômicas, carência de serviços públicos, entre outros. As liberdades instrumentais são caracterizadas em liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora, e cada direito e oportunidade fomenta a capacidade geral de um indivíduo (Sen, *apud* Rizzo, 2009).

À liberdade de poder realizar “combinações alternativas de funcionamento” ou à livre escolha de diferentes estilos de vida, Sen (2000) chama capacidade. Dessa forma, a pobreza é uma privação das capacidades básicas de uma pessoa e não somente como uma

renda abaixo de um critério pré-estabelecido. Um exemplo que ele utiliza para ilustrar esse argumento é o da distribuição desproporcional de renda dentro de uma família. Se a renda familiar é usada no interesse de alguns membros em detrimento de outros, o grau de privação que sofrem os membros descuidados provavelmente não será percebido através da renda familiar. Dessa maneira, a privação do segundo grupo pode ser facilmente constatada se verificada a privação de capacidades, como mortalidade, subnutrição, negligência médica, dentre outros, e não através do uso de análise baseada na renda (Sen, 2000).

Ou seja, a pobreza pode então ser definida como uma privação das capacidades básicas, e não somente como um nível de renda baixo. As capacidades significam liberdades essenciais que permitem que os indivíduos tenham um tipo de vida desejado por eles (Pizzio, 2009). Tal como foi anteriormente abordado, a privação de capacidades abrange diversas limitações, tais como não ter renda suficiente para adquirir bens e serviços pretendidos ou como a incapacidade física para realizar algumas atividades, o não acesso à saúde e à educação, a falta de respeito aos direitos civis e políticos, entre outros.

2.2. A pobreza no Brasil

Grande parte dos estudos sobre a pobreza foi desenvolvida no Brasil entre as décadas de 1950 e 1970, sendo comumente relacionada à ideia de marginalidade (Pizzio, 2009). A marginalidade, nesse caso, é entendida no sentido de uma forma de incorporação

social. Dentro dessa teoria, é defendida a ideia de que o engendramento capitalista periférico possui uma população marginal, consequência da superabundância de mão-de-obra. Sendo assim, a marginalidade é pensada como uma realidade estrutural ligada à dinâmica exclusão/inclusão, característica das contradições do modo de produção capitalista (Pizzio, 2009).

De acordo com Pizzio (2009), a marginalidade, nesse caso, não é só vista a partir do prisma exclusão/inclusão da força de trabalho, mas também no âmbito da participação política, econômica e cultural. Sendo assim, a noção de marginalidade estava relacionada a diversos fenômenos ligados à exclusão dos benefícios oferecidos às sociedades urbanas, como qualidade de moradia, serviços de saúde, educação, entre outros. Ou seja, privação relacionada à inserção no mercado de trabalho, à proteção social e à cidadania.

Tal visão sobre a pobreza ainda permanece durante as décadas subsequentes, com o adicional da ideia de exclusão social. Segundo Pizzio (2009), a partir de meados dos anos de 1980, e com mais força nos anos de 1990, a questão da exclusão social passa a ser fortemente explorada dentro das Ciências Sociais. Entretanto, por ser utilizado de múltiplas maneiras e ser mencionado em diversas situações distintas, torna-se difícil saber exatamente a que é referido o termo. Alguns autores criticam o uso indeterminado desse conceito e das sucessivas mudanças na forma de explicá-lo categoricamente. (Pizzio (2009)

Durante as décadas de 1970 e 1980, no Brasil, a definição de pobreza mais comumente utilizada era direcionada para as famílias que ganhassem até dois salários mínimos. Fazendo uso dessa linha de pobreza, o Censo Nacional mostrou que o número de

peçoas pobres no país, durante as duas décadas anteriormente citadas, cresceu de 21 milhões para 26 milhões (Rios, 1984 *ibid* Spicker *et alia*, 2007).

A partir dessa definição, nos anos de 1980, foi realizada uma pesquisa denominada Estudo Nacional de Despesas Familiares (ENDEF), que permitiu a geração de informação sobre a renda familiar e que serviu para elaborar duas linhas de pobreza. A linha de Indigência (Li), cuja renda mínima mensal somente satisfaz às necessidades básicas de alimentação de um indivíduo; e a linha de pobreza (Lp), cuja renda mínima mensal satisfaz a todas as necessidades básicas de um indivíduo (Singer, 1997).

Os indicadores de pobreza no Brasil dos últimos 40 anos apontam para níveis de pobreza diferentes. Segundo Rocha (2006), entre os anos de 1970 e de 1980, houve uma redução significativa dos índices de pobreza, em consequência das altas taxas de crescimento da renda naquele período. No período seguinte, correspondente aos anos de 1980 até 1993, a renda – e, assim, a incidência da pobreza - oscilava a cada ano, devido às flutuações macroeconômicas de curto prazo naquela época. De acordo com Salama (1999), a longa crise inflacionária dos anos de 1980 é a responsável pelo aumento da pobreza no Brasil. Rocha apresenta que a recessão econômica do início da década de 1990 não teve impacto significativo nos índices de pobreza desse mesmo período.

De modo diferente, deu-se a crise econômica do começo dos anos de 1980, quando a incidência de pobreza obteve um aumento generalizado em todas as regiões e em diferentes estratos da sociedade brasileira. Em 1994, a redução substancial da inflação favoreceu a redução do desemprego (Saboia, 2001) e a diminuição da incidência da pobreza

no país, patamar que se manteve até os anos 2000 (Rocha 2006) e segue nos dias atuais (Novelli, 2010). No começo dos anos 2000, a situação econômica internacional apresentou forte crescimento, levando consigo todos os países do globo (Filgueiras, 2007). De acordo com a tabela a seguir, pode-se perceber que os níveis de emprego e renda no país aumentaram consideravelmente na primeira década dos anos 2000.



Fonte: revista Isto é Dinheiro baseados em dados do IBGE e CAGED

O Brasil é um país de dimensões continentais e, na literatura especializada, ainda se utiliza a ideia de diversos Brasis quando em referência à questão da pobreza. Sawaya define dois grupos de pobres no Brasil, com condições de vida relativamente distintas, embora haja grande mobilidade entre eles: o pobre rural e o urbano, morador em favelas (Sawaya, 2003, pp 22).

O primeiro grupo seria o pobre rural e esse vem diminuindo fortemente nas últimas décadas, ao passo que o segundo só tem aumentado. O crescimento das cidades e regiões

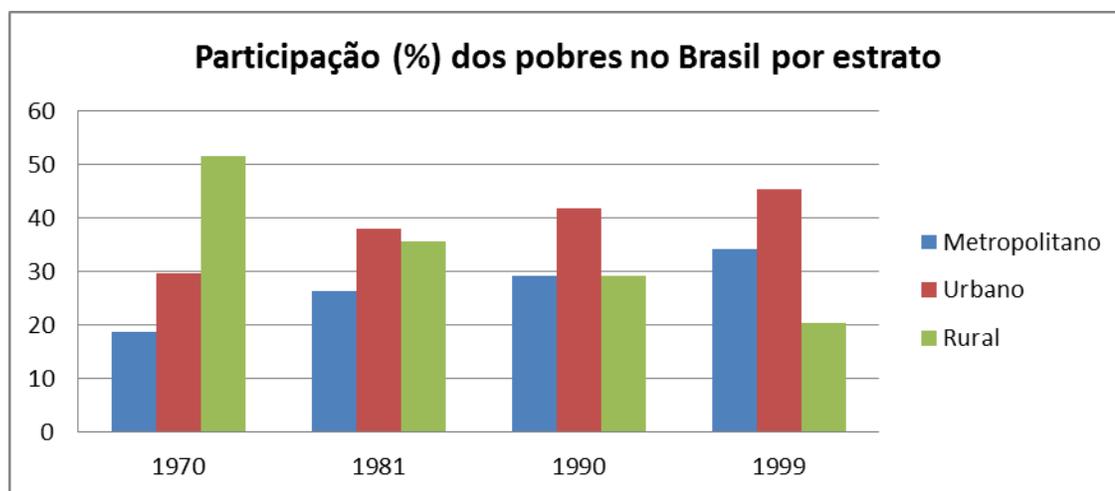
metropolitanas brasileiras, embora seja um fenômeno que começa na década de 1950, nos explode nos anos de 1980 e 1990. Para Sawaya, usando dados da OPAS, até o ano de 1998, 82% da população brasileira vive na zona urbana (Opas, 1998), tanto nas grandes cidades como nas pequenas cidades do interior. As condições de vida dos pobres, seja nas cidades grandes, seja nas pequenas, são semelhantes, no que se refere à atividade econômica, alimentação etc.

De acordo com Rocha (2006), por causa da estabilização econômica de 1994, houve uma significativa redução da pobreza entre os anos de 1992 e 1999. No entanto, as principais características estruturais da pobreza no Brasil permaneceram. Apesar de a pobreza ter incidência mais alta nos meios rurais, o Rio de Janeiro, juntamente com São Paulo, apresentam o fenômeno da pobreza como essencialmente urbano, ainda que sejam, ambas, as regiões mais urbanizadas do Brasil. Em 1999, os pobres urbanos eram a maioria em números absolutos, embora a proporção de pobres nas áreas rurais ainda fosse maior (Rocha, 2006). Dez anos mais tarde, essa realidade não mudou muito, ainda de acordo com Rocha.

O tema da pobreza, no Brasil, é comumente relacionado à fome. No entanto, a pobreza no Brasil é definida a partir da renda familiar e não da condição nutricional. A subnutrição é obviamente uma questão crítica, mas deve ser distinguida do conceito geral de pobreza, já que, sob esse ponto de vista, nem todo indivíduo pobre necessariamente passa fome. Se uma família ou um indivíduo não possui renda suficiente para adquirir uma alimentação adequada, não significa necessariamente que são subnutridos. Sendo assim, cabe aqui ressaltar que o conceito de pobreza que predomina no Brasil é o de pobreza

absoluta (Rocha 2006). No entanto, ambas as questões são relacionáveis, já que certas necessidades são consideradas essenciais para um bom funcionamento dos indivíduos na sociedade em que vivem (Sen, 2000).

Salama (1999) e Rocha (2006) apresentam um dado interessante no que tange aos números relativos à pobreza rural e urbana. Segundo os autores, desde os anos de 1970 houve uma significativa redução da pobreza rural, assim como uma diminuição da proporção de pobres nas áreas rurais do Brasil. No período de 1970 a 1999, houve uma queda significativa da pobreza rural, passando de 51,5% para 20,4%. Nesse caso, a pobreza brasileira passou a ser basicamente metropolitana. No final dos anos de 1990 e começo dos anos 2000, os pobres urbanos passaram a ser grande maioria, quando cerca de 80% da população pobre brasileira concentrava-se nas áreas metropolitanas (Rocha, 2006), conforme gráfico a seguir.



Fonte: Rocha (2006): IBGE/PNAD – Tabulações especiais.

De acordo com Rocha (2006), em 1999 os indivíduos pobres que viviam na região metropolitana do Rio de Janeiro e de São Paulo correspondiam a 17% do total das pessoas consideradas pobres no Brasil. Por conta disso, pode-se dizer que a pobreza no Brasil tornou-se mais visível, uma vez que os contrastes de riqueza e pobreza, poder e inabilidade, nas áreas urbanas, proporcionam maior conhecimento por parte das demais camadas da sociedade das condições desfavoráveis em que vivem os indivíduos pobres (Rocha, 2006). Como percebe Rocha (2006), a pobreza nessas duas metrópoles é

“(…) articulada, social e economicamente, ao funcionamento do centro dinâmico da economia nacional, havendo, no meio urbano, interação frequente entre as subpopulações pobre e não-pobre. (...) A maioria dos chefes de família pobres trabalha como empregado, sendo que 54% têm carteira assinada, nos setores de comércio e serviços, na verdade, nas atividades tradicionais, de baixa produtividade e baixos rendimentos desses setores.” (Rocha, 2006, p.183).

A pobreza, nesse caso, é diferente da que acomete o Nordeste rural, por exemplo, onde a é configurada de outra maneira. A grande maioria ocupa-se na agropecuária, como trabalhadores independentes dedicados à produção para o autoconsumo, com quase nenhum

excedente suficiente para ser comercializado. Outra diferença notável é o tamanho médio das famílias, que é maior e a presença de crianças também é mais numerosa (Rocha 2006). Sendo assim, os indivíduos e famílias pobres apresentam características diferentes, que variam de acordo com sua região, seu local de residência etc., por isso, é necessário que as estratégias de combate à pobreza sejam pensadas de acordo com o perfil específico de cada população.

Mesmo dentro de uma comunidade pobre existem desigualdades, nem todos os indivíduos que lá moram possuem os mesmo níveis socioeconômicos. Preteceille (2000) concorda que nas grandes comunidades pobres há diferenças internas bastante importantes.

2.3. A condição de pobreza (o que é ser pobre, do ponto de vista sociocultural)

Nessa discussão conceitual, de um lado há os dados objetivos e que podem ser interpretados conforme as opções teórico-metodológicas, conforme já destacado. Mas há também o aspecto subjetivo que implica em outra perspectiva relacionada à percepção, ao sentimento ou a visão particular ou individual. Por exemplo, como problematizar algo como o seguinte relato: “A pobreza dói, é sentida como uma doença. Ataca as pessoas não só materialmente, mas também moralmente. Corrói a dignidade e nos leva ao total desespero.” (Relato de uma mulher pobre da República da Moldova *in* Narayan, 2000, p.9).

A partir dessa narrativa, Narayan pretendeu mostrar que, mesmo sendo um depoimento subjetivo, há indicações de elementos objetivos que interferem na formulação da percepção de quem é levado a falar sobre a condição de pobreza. Em outras palavras, notamos elementos de estigmatização social (Goffman, 1980) que podem conduzir ao limite do aceitável emocionalmente, por exemplo.

De acordo com Ivo, para Simmel a condição sociocultural de pobreza é determinada pela “assistência que alguém recebe publicamente da coletividade” (Ivo, 2008, p.172). Ou seja, é condicionada pelo fator de assistência a um indivíduo que “(...) constitui a marca identitária da condição do ‘pobre’ e o critério de seu pertencimento como uma camada específica da sociedade inevitavelmente desvalorizada, vez que definida pela desigualdade e dependência dos demais.” (Ivo, 2008, p.172). A obra de Simmel, à qual a autora se refere, foi produzida na Alemanha, no início do século XX, em um contexto de constituição do Estado Moderno na Europa. Muitos autores chegam a afirmar que “En este texto clásico (Os pobres), que en muchos aspectos puede considerarse el punto de partida de la sociología de la pobreza” (FERNÁNDEZ, 2000, pp16).

Simmel faz uma análise das instituições sociais que regulam a pobreza. Segundo Ivo, ele parte do princípio de que a assistência oferecida pelo Estado e por outros setores e grupos da sociedade não são fundadas a partir dos interesses dos indivíduos pobres e, se assim fosse, “não haveria nenhum limite possível quanto à transmissão, o que conduziria à igualdade de todos.” (Simmel *apud* Ivo, 2008).

Para Simmel, a ajuda que se oferece aos que são considerados pobres pela sociedade não pode ser considerada apenas como uma ação moral, já que o pobre não é o fim da ação - no sentido de que não é o objeto da ação -, mas são os fins coletivos que mobilizam as coletividades e motivam a ação da doação (Ivo, 2008). Em outras palavras, a assistência ao pobre está ligada à ideia da moral.

As coletividades, segundo Ivo, são o Estado, os sindicatos, a família etc. No caso da assistência oferecida pelo Estado, essa é causada pela ideia dos riscos que a pobreza causa na ordem social. Para os sindicatos, a ação é motivada pela proteção dos salários de uma categoria trabalhista, por exemplo.

Como foi discutido anteriormente, a pobreza não está relacionada somente a aspectos materiais e de renda, mas inclui também as relações sociais de acesso ao trabalho e à assistência, além do tratamento multidimensional, que engloba dimensões sociais e políticas. De acordo com Pizzio (2009), o alto grau de carências e privações que são impostas aos indivíduos que vivem em situação de pobreza aumenta bastante a possibilidade de suas vidas serem mais curtas, além de mais árduas, dolorosas e perigosas. Segundo ele, tal fenômeno provoca nas pessoas que vivem sob essa condição sentimentos de impotência com relação ao futuro, falta de esperança, vulnerabilidade, insegurança e falta de poder político.

O conceito de pobreza sempre aparece relacionado à carência, à falta de algo, em comparação a uma norma de referência que separa “a normalidade da pobreza” (Salama, 1999). Sendo assim, a definição de pobreza e de pobres é apoiada na percepção externa da

pobreza, ou seja, o indivíduo pobre é definido pelo que não tem ou pelo que não é. A caracterização de um indivíduo pobre é, dessa forma, apresentada por avaliações subjetivas e por juízos de valor, interpretados através de uma construção política e social imbuída de relatividade (Salama, 1999).

Capítulo 3

Os caminhos da pesquisa: a metodologia da pesquisa

A necessidade de escrever um capítulo específico sobre a metodologia da dissertação veio da importância que ela foi adquirindo à medida que as etapas da pesquisa foram sendo realizadas. Como afirma Martins, no campo das Ciências Sociais, diferentemente do que ocorre em outros campos do conhecimento, como nas Ciências Naturais, existe uma dificuldade de tratamento do objeto de pesquisa, uma vez que se aplica ao “(...) ser humano, tão sujeito a modificações, complexo e que, principalmente, reage a qualquer tentativa de caracterização e previsão.” (Martins, 2004, p.291). Ainda de acordo com a autora, a observação é feita por um indivíduo, que como tal, pode cometer enganos e alterar os fatos sem intenção e, assim, as opiniões preconcebidas para com outros indivíduos ou grupos sociais diferentes são superadas pelo diálogo possível com o objeto pesquisado, que “(...) tem o seu ponto de vista, as suas interpretações, que muitas vezes colocam as nossas em xeque.” (*ibidem*).

Neste estudo, optou-se pela pesquisa qualitativa, pois tal metodologia analisa as ações sociais e individuais e, conseqüentemente, os aspectos macrosociológicos que a englobam, através de um amplo e profundo exame dos dados. Além do mais, tal método é flexível o suficiente no que se refere às técnicas de coleta das informações (Martins, 2004),

característica importante quando se trata de uma pesquisa cujo objeto são os jovens, e o local de pesquisa é a favela. A metodologia empregada, de natureza participativa e qualitativa, baseia-se em uma visão multidimensional da pobreza, que não é restringida a indicadores econômicos, conforme procurei deixar claro no capítulo 2. Os dados coletados foram alcançados de maneira que permitissem a livre expressão de opiniões sobre a pobreza e o conhecimento desse fenômeno pela prática ou observação adquirido pelos jovens das comunidades onde a pesquisa foi realizada. A presente análise busca apreender essa experiência e, por isso, fixou-se nos discursos e narrativas dos entrevistados.

3.1 Técnica Grupos de Discussão

A técnica do grupo de discussão foi adotada pelas características que apresenta em termos de recrutamento e de análise. Segundo Santos (2009), diversos autores valorizam a técnica do grupo de discussão a fim de recolher informações, sobretudo quando a pesquisa possui aspectos complexos. Bastante usada pelos integrantes da Escola de Frankfurt (Weller, 2006), por ser uma técnica baseada nas conversas entre o pesquisador e o pesquisado, e de caráter qualitativo, é comumente confundida com a técnica do grupo focal. No entanto, essas duas técnicas distinguem-se uma da outra e possuem aspectos próprios. Enquanto o grupo focal tem sido normalmente usado em pesquisas explorativas ou avaliativas, ou ainda como técnica para complementar dados obtidos através de pesquisas

quantitativas (Weller, 2006), a técnica do grupo de discussão tem como objetivo principal a obtenção de dados que possibilite a análise do meio social dos participantes (Weller, 2006; Santos, 2009), além de servir como instrumento de análise das opiniões coletivas, e não somente das opiniões individuais (Weller, 2006) ¹⁴.

Durante o debate no grupo discussão,

“(…) cada um dos elementos do grupo tem a possibilidade de apresentar, de defender, de construir e de desconstruir seus pontos de vista numa lógica de interação que, gradualmente, se tornou mais profunda e complexa, chegando-se, por fim, naturalmente, a um conjunto de opiniões comuns a todos os intervenientes.” (Santos, 2009, p.92).

Entretanto, cabe ressaltar que a discussão não tem como objetivo encontrar um consenso entre os participantes, mas sim recolher opiniões e pontos de vista com a finalidade de serem analisados (Fabra; Domenech, 2001 *apud* Santos, 2009).

Por isso, o grupo de discussão nos possibilita alcançar um tipo de informação que não seria possível com o uso de outras técnicas, uma vez que o estudo se dá em um ambiente onde as subjetividades e as intersubjetividades se encontram (Santos, 2009), caso

¹⁴ Apesar de não fazer parte da discussão da presente pesquisa, cabe citar que alguns autores defendem que o grupo de discussão é mais do que uma técnica, pois já alcançou a propriedade de método de pesquisa (Mangold, 1960; Bohnsack, 1989 *apud* Weller, 2006), uma vez que as opiniões de grupo não são simplesmente a soma de opiniões individuais. Cada membro participante apresenta sua manifestação sobre certo assunto de acordo a interação mútua existente no grupo (Mangold, 1960 *apud* Weller, 2006).

específico no grupo pesquisado. O mais interessante nesse tipo de técnica adotada é que a informação adquirida nos possibilita conhecer características da problemática por conta da espontaneidade com que é dada e da riqueza das subjetividades compartilhadas entre o grupo, num ambiente propício à livre expressão, autônomo e de reflexão crítica, que, segundo Santos (2009), permite ajustar, articular e integrar perspectivas individuais e coletivas.

De acordo com Weller (2006), os grupos de discussão são bastante utilizados em pesquisas sobre juventude, uma vez que, como os grupos reais, são representantes de estruturas sociais e, por isso, de processos comunicativos com determinado modelo de participação:

“Estudos clássicos da sociologia da juventude bem como da psicologia do desenvolvimento definem o *peer group* como sendo o espaço de maior influência da formação e articulação de experiências típicas da fase juvenil. É principalmente no grupo que o jovem trabalhará, entre outras, as experiências vividas no meio social, as experiências de desintegração e exclusão social, assim como as inseguranças geradas a partir dessas situações.” (Weller, 2006, p.246).

Esse modelo não somente nos permite explorar experiências coletivas, como também características sociais desse grupo, como as suas representações de classe social e geracional, por exemplo. Por isso, os grupos de discussão são próprios para simular os

contextos sociais, os modelos de orientação das ações dos indivíduos e o comportamento social do grupo (Weller, 2006).

Algumas características que devem ser realçadas no grupo de discussão referem-se à sua formação por um número reduzido de pessoas, agrupadas a fim de participarem de uma conversa sobre temas relacionados à investigação, durante um período de tempo que varia entre 1 hora e 1 hora e meia. As principais críticas traçadas à técnica do grupo de discussão são no que concerne à questão da confiabilidade, em virtude do número de pessoas envolvidas e da dificuldade em se chegar aos dados, problema esse facilmente solucionado com a observação da saturação. Quando os discursos passam a se repetir, é indício de que foi alcançado o objetivo do trabalho de campo e assim o “desenho empírico da investigação” (Ortega, 2005 *apud* Santos, 2009), dimensão essa que demonstra a confiabilidade da técnica.

No trabalho de campo, cinco grupos de discussão foram realizados e todos foram gravados, utilizando-se gravador digital, com o consentimento dos participantes. Cada grupo continha entre duas e quatro pessoas, totalizando quinze entrevistados.

As discussões foram desenvolvidas por um processo de não intromissão nas opiniões e comentários dados pelos integrantes do grupo, possibilitando o desenvolvimento de uma conversa envolvendo temas sobre questões específicas, estruturadas de forma maleável, enfatizando o caráter aberto das questões, que serviram de base para a promoção do debate pelo investigador.

O questionário-guia dos temas levantados na discussão era uma espécie de roteiro a ser seguido, mas sem necessariamente obedecer a uma ordem sequencial, e que foi utilizado em todos os grupos. Cabe notar que, em alguns momentos, temas previamente pensados para fazer parte da discussão nem mesmo chegaram a ser levantados pelo pesquisador, uma vez que surgiram naturalmente durante a discussão entre os participantes.

Lembrando que a técnica adotada não tem como objetivo alcançar respostas a perguntas concretas, mas sim o intercâmbio de opiniões e experiências entre os participantes no que se refere ao tema pesquisado. Por isso, não houve um condicionamento para o tipo de respostas que poderia ser dado e, assim, buscou-se informar aos jovens participantes que não havia objetivo em avaliar, mas que o primordial era conhecer suas opiniões, comentários e experiências próprias e de caráter individual.

O primeiro conjunto de questões estava relacionado às percepções dos jovens sobre si mesmo e sobre os outros, quais as vantagens e desvantagens de ser jovem e suas relações com a família. O segundo conjunto teve como objetivo compreender como os jovens percebem alguns problemas do Brasil, como explicam e vivenciam a pobreza e a desigualdade urbana. Por último, o terceiro grupo diz respeito à dimensão de futuro e de esperança, as possibilidades de reverter situações de exclusão social e de ascender socialmente.

Os entrevistados foram escolhidos em caráter aleatório, respeitando-se somente a faixa etária e o local de moradia. Os jovens entrevistados são indivíduos que vivenciam a pobreza. Compreender suas experiências, seus horizontes de expectativas, é de suma

importância, porque nos permite situá-los como sujeitos de sua história. A maneira pela qual as pessoas definem uma situação, mais do que seus aspectos objetivos, enriquece a análise, por isso, é importante entender a situação de pobreza a partir das experiências daqueles que a vivenciam (Pizzio, 2009).

Como não existe um consenso sobre as limitações que definem juventude, delimitou-se a faixa etária dos entrevistados entre 15 e 24 anos, conforme o critério utilizado no Brasil e em organizações internacionais como a ONU. Por tudo que já foi levantado no capítulo sobre juventude, existem diferentes maneiras de se caracterizar o indivíduo jovem. O limite aqui utilizado foi estabelecido de maneira arbitrária para que pudesse viabilizar a pesquisa através desse recorte.

3.2 Seleção das comunidades

A seleção das comunidades consultadas foi influenciada pela facilidade no acesso dado pelas pessoas previamente contactadas para a pesquisa. O estudo teve por objetivo focar sobre comunidades urbanas da zona sul por ser a região da cidade onde a renda média familiar é uma das mais altas do país (PNAD, 2009). De acordo com dados do IBGE (2010), a diferença entre a renda média e mediana da cidade do Rio de Janeiro, que demonstra o nível de desigualdade, é de 57%, uma das mais altas do país.

Respeitando esse padrão, as comunidades foram selecionadas de modo a permitir uma variabilidade em termos de tamanho. Ao passo que a Rocinha é considerada uma das maiores favelas do Brasil, a Santa Marta é uma das menores da cidade do Rio de Janeiro. Outros critérios adotados foram a idade da comunidade, o nível de organização e se são ou foram consideradas favelas, isto é, aglomerações urbanas com habitações subnormais (IBGE, 2010) dispostas de forma desorganizada no solo, além do quesito segurança para o pesquisador.

A formação dos grupos focais foi facilitada por pessoas que moram ou trabalham nas comunidades há muitos anos e, por isso, são bastante conhecidas pelos moradores¹⁵. A grande maioria dos indivíduos selecionados para os grupos de discussão foram recrutados pelo próprio pesquisador a partir da prévia apresentação dos “anjos da guarda”.

3.3 Características das comunidades

Tanto a comunidade da Rocinha quanto a comunidade Santa Marta encontram-se em espaços urbanos consolidados e possuem pouco espaço para expansão em área. Além disso, foi construído pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro um muro nos limites das

¹⁵ A essas pessoas irei me referir como “anjos da guarda”.

duas comunidades a fim de evitar sua expansão. Todavia, o crescimento populacional continuou e, assim, a densidade demográfica da região aumentou ainda mais (IBGE, 2010).

A ampliação vertical das moradias é perceptível, sobretudo na Rocinha, a partir da construção de novos andares nas moradias já existentes. O sistema de esgoto também é um fator que chama atenção. Nessas áreas, é comum observar o despejo de dejetos em valas a céu aberto ou em fossas construídas de maneira precária. As vias estreitas imperam na conformação urbana dessas favelas, fazendo-se notar problemas com ventilação. Apesar de serem cortadas por vias pavimentadas, o acesso a grande parte das duas favelas é dada por motocicleta, os chamados “moto-táxi”, sobretudo na Rocinha¹⁶. No caso da Santa Marta, foi implantado um plano inclinado, cujo bondinho facilita o acesso a diversos pontos do morro onde está localizada a comunidade.

No entanto, a zona sul da cidade do Rio de Janeiro é sabidamente a região onde estão concentrados os maiores índices de renda familiar do município, nesta área converge mercado de trabalho - conforme os entrevistados, a maioria dos moradores consegue trabalho no entorno -, além de transporte e lazer. A proximidade entre as residências caras e luxuosas dos bairros do entorno com as moradias simples, em sua maioria, e muitas vezes precárias dessas comunidades, marca um intenso contraste urbano na cidade e, conforme foi exposto no capítulo 2, a pobreza nesses lugares torna-se mais visível.

Conforme foi levantado no segundo capítulo, dentro de uma comunidade pobre existem diferenças socioeconômicas. Um dado interessante que corrobora com tal

¹⁶ A presença de motos na Rocinha impressiona. Dados não-oficiais informam que o número de motos ultrapassa o número de habitantes.

afirmação é que também existem diferentes níveis sociais nas comunidades da Rocinha e Santa Marta. Nesses locais, habitam famílias com diferentes estruturas de moradia. Há, inclusive, localizações mais ou menos valorizadas dentro da comunidade, como é o caso da Macega na Rocinha e da Pedreira na Santa Marta. A área popularmente conhecida como Macega ou Pedra fica no limite da favela, muito próxima à encosta do morro Dois Irmãos. Essa área é considerada de extremo risco, pois, quando chove, a água que desce pela encosta de pedra desse morro coloca em grande risco de deslizamento as casas que estão no caminho. Além do mais, as condições de moradia nessa área são extremamente precárias, muitas das habitações são construídas com madeiras e/ou papelão. Na Santa Marta, o lugar conhecido como Pedreira ou Pico também fica bem próximo da encosta, na parte mais alta do morro. Como na região da Macega na Rocinha, essa área é a mais pobre da Santa Marta e sofre basicamente com os mesmos problemas. A maioria das moradias dessas áreas não possui fornecimento de água pela CEDAE¹⁷, e utilizam a água de uma nascente do morro.

3.3.1 Rocinha

A favela da Rocinha situa-se no morro Dois Irmãos, entre os bairros de São Conrado e da Gávea, dois bairros com os valores de IPTU mais caros do município, de

¹⁷ CEDAE é a sigla para Companhia Estadual de Água e Esgoto. Este órgão é o responsável pela prestação do serviço de fornecimento de água e coleta de esgoto do Estado do Rio de Janeiro.

acordo com dados da Secretaria Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro (SMF, 2011). Segundo dados do Censo de 2010 (IBGE, 2010), a Rocinha possui 69.356 moradores. Dentro da comunidade, seus habitantes têm à disposição comércio farto e variado, agência dos Correios, agências bancárias, postos de saúde e escolas públicas. Esse dado talvez explique o crescimento de 23% no número de habitantes nos últimos dez anos, ao passo que a cidade do Rio de Janeiro cresceu 7,9% (IBGE, 2010).

De acordo com dados da FGV (2010), a Rocinha é a região administrativa da cidade do Rio de Janeiro com o menor nível de educação da população em geral, dentre todas as desse município.

3.3.2 Santa Marta

A comunidade Santa Marta, localizada no morro Dona Marta, em Botafogo, foi a primeira favela a receber a UPP, no final do ano de 2008. Algumas pessoas chamam esta comunidade de Dona Marta, por causa de uma confusão da mídia com o mirante homônimo que existe próximo. No entanto, muitos moradores afirmam que o nome oficial da comunidade é Santa Marta, por causa da imagem de uma santa de mesmo nome levada por uma moradora no início do século XX e guardada numa capela antiga na parte mais alta do morro. Moradores evangélicos, cuja religião não acredita em santos, chamam a comunidade

de Dona Marta. Dessa forma, a maneira pela qual a comunidade é chamada demonstra uma disputa interna de poder.

Não foram encontradas informações oficiais sobre o número de habitantes desta comunidade, mas acredita-se que seja em torno de 10.000 pessoas. Nela, funciona uma rede de internet *wireless* gratuita, cobrindo quase todo o morro, mas excluindo os moradores da parte mais alta. Existia também uma emissora de rádio comunitária, a Rádio Santa Marta, na qual os moradores comunicavam suas notícias e cuja frequência podia ser captada em todo o bairro de Botafogo. No entanto, essa rádio foi extinta a pedido do poder público da cidade. Muitos moradores não sabem ao certo a real razão para tal fato, mas especula-se que a rádio estava ganhando proporções altas e servindo como um pólo de reivindicação e informação, sobretudo no que diz respeito à crescente especulação imobiliária que vem sofrendo o local. Vizinho à comunidade está o Palácio da Cidade, residência oficial do prefeito do Rio de Janeiro.

3.3.3 Problemas em comum entre os jovens das duas comunidades

Todos os jovens participantes dos grupos de discussão afirmam que cresceram nas comunidades em que vivem atualmente. Esses jovens presenciaram ou ainda presenciaram comportamentos criminosos. Como foi dito anteriormente, ambas as comunidades

enfrentaram, ou ainda enfrentam (como é o caso da Rocinha), problemas relacionados ao tráfico de drogas e à violência. Evidências revelam que as crianças e os jovens são os mais vulneráveis ao aliciamento por parte das facções criminosas existentes na favela. Os homens jovens, que são os mais associados ao tráfico de drogas e ao reforço armado no morro, percebem esta atividade como um meio de sobrevivência. Para as mulheres, as atividades que exercem ligadas ao tráfico são mais leves, como servir de “mula”¹⁸. Para elas a prostituição também aparece como uma alternativa.

3.4 Dificuldades do campo

Nas favelas do Rio de Janeiro são conhecidos os problemas ligados ao controle do tráfico. Há dias em que é possível sentir certa “tensão no ar”, por motivos variados, como o acirramento das disputas entre grupos rivais, entrada da polícia ou recebimento de “mercadorias”¹⁹. A escolha de uma comunidade que cumprisse os requisitos necessários para a pesquisa, ao mesmo tempo em que não a colocasse em risco e tampouco o pesquisador, foi uma dificuldade enfrentada.

No começo, houve necessidade de percorrer inúmeras favelas, a fim de saber a viabilidade da pesquisa de campo. Durante este período, alguns percalços foram

¹⁸ Mula é o nome dado para os que fazem as entregas das drogas.

¹⁹ Entende-se por “mercadorias” drogas e armas (as mais comuns).

enfrentados, como a abordagem por um integrante de uma facção criminosa, armado e visivelmente “alterado”, que, ao perceber que nenhum componente do grupo estava à procura de entorpecentes, mas sim uma simples visita a um amigo, retirou-se, liberando os visitantes. Em outra comunidade, a surpresa foi notar, depois de certo tempo, a presença constante de um “olheiro” que fora colocado para observar o pesquisador, sem se importar em nada com a possibilidade de ser notado. Outro momento problemático foi o assassinato de duas meninas dentro da comunidade²⁰ onde já havia começado a pesquisa de campo. A repercussão do caso e a presença de policiais, investigadores e bombeiros em busca de seus paradeiros tornaram o clima na favela preocupante para alguém que a frequentava há pouco tempo e por pouco esse fato não colocou a pesquisa em risco.

Com a progressiva implementação do projeto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP)²¹ pelo Estado do Rio de Janeiro em diversas comunidades e a iminente retomada do morro pelo poder público, pôde-se perceber uma tensão nos lugares onde as UPPs ainda não haviam sido instaladas. Em certos locais, para entrar na favela era preciso passar por verdadeiras barricadas, onde homens armados com fuzis faziam guarda. Não sendo morador daquele local, foi preciso contar com a ajuda dos “anjos da guarda”, que preveniram sobre os dias considerados inseguros para as entrevistas. O acesso aos locais de entrevista dentro das comunidades também foi um fator complicador, mas que logo foi

²⁰ Ver: <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2011/06/30/disque-denuncia-oferece-recompensa-por-informacoes-que-levem-aos-assassinos-de-modelo-desaparecida-na-rocinha-924811461.asp>

²¹ As Unidades de Polícia Pacificadora são um modelo de segurança pública e de policiamento adotado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro com a finalidade de promover uma aproximação da população com a polícia e, principalmente, de recuperar as áreas que há muitos anos estavam sob a influência de facções criminosas ligadas, sobretudo, ao tráfico de entorpecentes (Portal do governo do Estado do Rio de Janeiro).

solucionado. Como todos os grupos de discussão foram realizados durante o dia, recorreu-se às vans e, em alguns momentos, aos “moto-taxis” disponíveis.

Existe uma grande dificuldade em se entrar numa favela não sendo morador e assumindo a identidade de pesquisador, e sabe-se da necessidade de que o pesquisador seja aceito pelo grupo pesquisado, mesmo quando observador (Martins, 2004). A possibilidade de uma desconfiança inicial é normalmente anulada pelo fato de se ser apresentado ao entrevistado e a alguns membros da comunidade como amigo de alguém que more ou preste serviços na comunidade²². Além do mais, inúmeras visitas às comunidades que possibilitariam melhor acesso aos entrevistados não foram possíveis também por razões de segurança. No entanto, alguns moradores, sabendo da dificuldade do pesquisador, se solidarizaram e, em certa medida, tornaram possível o “mergulho” em suas vidas (Malinowski, 1984). A fim de resguardar suas identidades e de confiarem no pesquisador, foi enfatizado o caráter sigiloso e anônimo aos entrevistados, apesar de alguns não se oporem a ter o nome revelado, caso fosse necessário.

No decurso de algumas sessões dos grupos de discussão também foram encontradas algumas dificuldades. Em alguns casos, houve certo desvio da temática central por parte dos jovens. Algumas vezes, por não entenderem ou não interpretarem bem a pergunta; outras, por decorrência natural do caminho que a conversa tomou, levada a outro tópico por eles. Em consequência disso, outros temas que, a princípio, não eram vistos como

²² Apesar de ser necessário saber *a priori* se esta pessoa é considerada de confiança pela comunidade, a fim de não colocar a segurança do entrevistador em risco.

relevantes para a pesquisa, tomaram algum tempo da discussão. Essa questão, no entanto, não foi descuidada.

Foi observado se os temas surgidos, que não faziam parte da pesquisa, seriam repetidos em outros grupos para, caso fosse necessário, serem implantados nos grupos seguintes. Sabendo da importância da postura de direção indireta do investigador, sobretudo quando o grupo em questão é composto por jovens (Weller, 2006; Santos, 2009), houve a preocupação em promover a confiança dos participantes, assim como estimular, compreender e aceitar as ideias de todos os presentes, conseguindo sua integração e tomando cuidado para que não fossem manipuladas.

Outro obstáculo a ser vencido foi encontrar um espaço minimamente adequado para promover as discussões, sobretudo na Santa Marta. Num caso, a entrevista teve que ser promovida numa mesa de jogo de damas de uma pracinha existente no começo da comunidade. Por conta disso, a gravação perdeu em qualidade, já que o local estava às margens de uma via movimentada. No entanto, os participantes sentiram-se muito a vontade em expressar livremente suas opiniões, já que estavam num local conhecido e costumaz, permitindo ao investigador adquirir uma maior familiaridade com o contexto e com as pessoas. Para determinar o grupo socioeconômico dos entrevistados, foi decidido não perguntar qual era a renda familiar especificamente, a fim de evitar constrangimentos. Para poder julgar a situação social dos entrevistados, buscou-se a autoclassificação.

Capítulo 4

Entrevistas e análises

4.1 Análise das entrevistas

É possível identificar traços comuns no que se refere às percepções dos jovens entrevistados. A partir do que foi exposto no primeiro capítulo, no que concerne à importância do emprego a fim de alcançar maior autonomia e independência e, então, entrar no mundo dos adultos, o emprego fixo e bem remunerado apresentou-se constantemente como uma preocupação entre os jovens entrevistados. Apesar de observar paradoxos em algumas narrativas, predomina a opinião de que a pobreza diminuiu. De fato, como foi demonstrado no segundo capítulo, essa diminuição é associada nos relatos a uma melhoria de emprego e de grau de escolaridade pela população em geral, apesar de todos compartilharem a opinião de que os salários e a educação pública continuam insatisfatórios.

Os jovens em questão tendem a associar pobreza com incapacidade. A falta de acesso à comida, à moradia e ao emprego remunerado, na opinião dos jovens, está diretamente ligada à pobreza. De acordo com a maioria dos jovens, o próprio indivíduo é o maior responsável pela continuidade de sua condição de pobre, apesar de acharem que o

governo deveria criar melhores condições de oportunidades, como a melhoria do ensino público.

Há uma percepção generalizada de que a oferta de ensino de qualidade permitiria aos jovens saírem da pobreza, apesar de outros serviços públicos básicos também serem importantes nessa questão, como infraestrutura e serviços de saúde de qualidade. A maioria dos relatos, no entanto, demonstra frustração e descrença nas instituições governamentais, mas, em nenhum momento, foi percebido um padrão de dependência com relação ao governo ²³.

Praticamente não há diferença ou variação de opinião dos jovens entre as comunidades pesquisadas. As percepções sobre as questões abordadas variam substancialmente entre os jovens que participam ou participaram de algum projeto social e os que nunca participaram²⁴.

Observa-se que os jovens que frequentam ou já frequentaram algum projeto voltado para a educação, formação profissional, atividades de lazer, atividades artísticas ou culturais, sobretudo os constituídos por organizações civis, tendem a exibir melhor escolaridade e compartilham a percepção de que os problemas tendem a diminuir no futuro. Esses jovens acreditam na sua capacidade de solucionar seus problemas, bastando, para isso, ter acesso à informação e força de vontade.

²³ Esse fator é algo bastante interessante a ser pensado em futuras investigações, uma vez que a cultura política brasileira é sempre associada ao Estado.

²⁴ Para melhor descrição da análise, passarei a me referir aos jovens que participam ou participaram de algum projeto social de JPPS e aos jovens que não participaram de nenhum tipo de projeto de JNP.

Amigos, família - fora do núcleo familiar - e vizinhos foram menos citados do que se esperava e pode-se pensar em um enfraquecimento dos laços primários dentro dessas comunidades, apesar de ainda existir certo grau de solidariedade entre os moradores.

As discussões dos grupos sobre os indivíduos que melhoraram de vida incluem exemplos do ex-presidente Lula e Silvio Santos, mas em nenhum momento foi citado algum bandido, quer ligado ao tráfico ou não. Por outro lado, os jovens constataram que suas vidas estão melhores do que a de seus pais e que os indivíduos melhoraram de vida ao longo tempo, o que pode indicar que a pobreza não está ligada à velhice, já que, de acordo com suas experiências, muitos indivíduos demonstraram melhora no padrão de vida ao longo do ciclo de vida.

4.1.1 Vantagens e desvantagens em ser jovem

Quando perguntados sobre quais são os aspectos positivos e negativos em se ser jovem, a maioria responde que o melhor é não ter muita responsabilidade e poder contar com os pais. É uma fase em que, na opinião deles, podem aproveitar mais a vida sem muita preocupação e também é uma fase para planejar seu futuro.

Outro aspecto mencionado foi maior energia e disposição física, além de possuírem mais oportunidades de cursos e atividades. Poucos responderam que, como jovem, poder

somente estudar é uma vantagem. A provável resposta a essa informação é o fato de a maioria dos participantes trabalhar, mesmo os que também estudam. Além do mais, eles não acham que quando se é adulto exclui-se a possibilidade de continuar estudando.

Muitos participantes dos grupos argumentaram que a juventude é a fase de aprendizado, além de ser o momento para construir algo na vida:

“agora que eu sou jovem eu tenho que construir primeiro... ter um bom emprego, ter uma boa casa, para depois eu poder aproveitar e poder relaxar um pouco... pra depois poder viajar, ter família, criar filhos, essas coisas todas. Agora, nesse momento eu não vou poder ter isso, só daqui uns 10, 15 anos, depois que tudo estiver estabilizado.” (Jovem Rocinha, sexo masculino, 24 anos).

Construir essa estabilidade agora é algo que os jovens enxergam como uma responsabilidade. Essa é uma preocupação que os jovens com situação econômica menos favorável possuem. Segundo um jovem

“Os jovens que não tem a mesma vida que eu, vão poder curtir, independentemente da idade. Se tem 15, 25 ou 35 anos, ele vai aproveitar. Agora, quem não tem essa condição, vai ter que preparar durante a juventude essa base para poder viver melhor.” (Jovem Rocinha, sexo feminino, 24 anos).

Poucos aspectos negativos foram levantados. O mais comentado foi a falta de independência financeira, quando ainda não podem fazer tudo o que querem e dependem da

família. Outro ponto interessante que foi discutido é a falta de experiência, que pode levá-los a cometer erros com mais facilidade, apesar de concordarem que isso faz parte do processo de amadurecimento para a vida adulta. Apesar de muitos concordarem que possuem algum grau de responsabilidade, poucos acham que a vantagem de ser jovem é não ter responsabilidade nenhuma. Dentre os jovens que responderam que não possuem nenhuma responsabilidade, todos fazem parte do grupo dos JNP.

Podemos trazer de volta a discussão sobre a “adultização” dos indivíduos, discutida no primeiro capítulo. Apesar de ter sido um assunto abordado nas discussões, sabe-se que alguns dos jovens participantes já possuem responsabilidades paternas. Alguns, inclusive, possuem mais de um filho, aumentando significativamente seu grau de responsabilidade, mesmo que utilize o argumento de que a vantagem de ser jovem é possuir pouca responsabilidade.

Quanto à questão de satisfação ou insatisfação com a sua vida, a maioria responde que estão bastante satisfeitos, mas paradoxalmente narram que a vida poderia ser melhor. Interessante notar que os JPP acham que a melhoria só depende de seu próprio esforço.

De maneira geral, os jovens relacionam a sua satisfação comparativamente à vida de seus pais quando possuíam a mesma idade. Semelhante ao que foi explorado no segundo capítulo, os índices no Brasil, de maneira geral, aumentaram em relação aos níveis de educação e de renda. Complementarmente, todos os jovens entrevistados revelam que evoluíram em termos de escolaridade e de qualidade de vida, comparativamente a seus pais e avós. O relato de um entrevistado ilustra bem esse sentimento:

“Estou bem satisfeito com a minha vida, sim. Acabei vários cursos agora e estou no último ano e pretendo, quando terminar a escola, fazer uma faculdade de Direito... Dentro da minha família, ninguém tem a escolaridade completa e serei o primeiro a conseguir.” (Jovem Rocinha, sexo masculino, 16 anos).

Além do mais, muitos são filhos ou netos de migrantes nordestinos, cujo futuro, ao chegar ao Rio de Janeiro, era incerto.

Além de a precária infraestrutura ser apontada como um fator de insatisfação por todos, outro quesito levantado por parte dos JPP, em geral, é a falta de tempo. Por fazerem outros cursos em conjunto com a escola ou com a faculdade, acabam sem tempo para fazer as coisas de que realmente gostam, como praticar esporte ou tocar seus instrumentos preferidos:

“A coisa chata da minha vida atualmente é a falta de tempo... O tempo que você tinha, você vai perdendo, até por conta dos estudos mesmo. Coisas que você gosta de fazer, às vezes tem que abrir mão... Às vezes surge algum curso, alguma oportunidade e aí você tem que abrir mão de outras coisas que você gosta... Eu tive que abrir mão de várias coisas que eu gostava para poder focar numa coisa só.” (Jovem Rocinha, sexo feminino, 17 anos).

Sobre morar sozinho, a resposta é bastante variada. Nenhum dos entrevistados mora sozinho, todos moram com suas famílias. Pode-se perceber que, quando mais jovens, a

maioria ainda não pensa em morar sozinho, pois acham que a ajuda dos pais é fundamental, tanto em termos financeiros quanto psicológicos e educacionais.

Dentre os jovens entrevistados, os mais velhos pretendem sair da casa dos pais, pois já trabalham e sentem falta de uma maior privacidade e independência. Entretanto, nenhum deles se sente capaz economicamente para assumir tal responsabilidade, apesar de muitos já contribuírem financeiramente em casa. A fala de um jovem de 24 anos, participante de um grupo da Rocinha, ilustra bem a opinião dessa maioria:

“Vontade [de morar sozinho] eu tenho, mas não me sinto apto ainda. Eu e minha mãe temos uma parceria, nós dividimos as contas, nós fazemos as obras na casa juntos, nós fazemos compras pra casa juntos. Tudo isso a gente faz junto, é uma parceria. Eu não vou conseguir fazer tudo isso sozinho, tem que ter um companheiro do lado. Esse companheiro, no meu caso, é minha mãe.” (Jovem Rocinha, sexo masculino, 24 anos).

Quando questionados sobre sua vontade de sair ou permanecer na comunidade em que vivem, a resposta é equilibrada. Quase metade dos entrevistados responde que tem vontade de sair da comunidade e morar no “asfalto”, mas ninguém quer mudar para outra comunidade. Os que gostariam de sair da comunidade, o fariam desde que fosse para bairros na zona sul, preferencialmente no entorno de suas comunidades. Essa resposta não teve variação entre os JPP e os JNP.

Quando perguntados sobre o porquê de não quererem morar em suas comunidades, a resposta sempre é a precária infraestrutura: “Eu gostaria de sair justamente por causa dos problemas de transporte que têm aqui, dos problemas de infraestrutura.” (Jovem Rocinha, sexo feminino 24 anos). Como foi descrito no capítulo anterior, as favelas do Rio de Janeiro, sofrem com problemas de infraestrutura, principalmente no que se refere ao saneamento básico e transporte. Além do mais, a proximidade das construções revela que a questão da privacidade também é um problema frequentemente abordado entre os jovens:

“As construções são muito juntas, muito próximas. Por causa disso, se um vizinho está ouvindo música, eu estou ouvindo junto, pô. Aí, eu só posso dormir quando ele dorme. Se o vizinho recebe visita, eu sei, porque a parede do cara é colada na minha. Então, a gente meio que divide um espaço.” (Jovem Rocinha, sexo feminino 20 anos).

O principal motivo alegado pelos que não gostariam de sair de suas comunidades é a proximidade da família e dos amigos, apesar de admitirem a existência de problemas relacionados ao transporte e à infraestrutura. Um dos JPP, que é estudante de arquitetura, narra que gostaria de utilizar os conhecimentos adquiridos na faculdade para melhorar a infraestrutura de sua comunidade e, mesmo que tivesse condições, não sairia do local, pois, como foi criado lá, é onde se encontra a grande maioria de seus amigos e familiares.

4.1.2 Mercado de trabalho

Para os JNP, o mercado de trabalho é injusto e mal remunerado. Na opinião dos JPP, a competição é o que mais preocupa. Segundo os participantes, o fato de serem moradores de comunidade atrapalha na hora de conquistar uma vaga de emprego. A narrativa de um jovem da Santa Marta é bastante ilustrativa:

“Quer ver um exemplo? Eu fiz direito, aí o filho do riquinho lá fez direito na mesma faculdade. Eu passei, ele passou também só que só tem uma vaga. Quem eles vão colocar? Ele, o filho do rico, e não eu.” (Jovem Santa Marta, sexo masculino, 16 anos).

Todos os jovens entrevistados que trabalham, independentemente se do grupo JPP ou JNP, não estão satisfeitos com o salário que recebem: “o importante não é ter só um bom emprego, mas sim ter um bom salário, senão não adianta.” (Jovem Santa Marta, sexo masculino, 24 anos).

Outro entrevistado argumenta que, por causa dos salários serem tão baixos, ele tem vontade de ir para os Estados Unidos e depois voltaria para buscar a família. Poucos relatos demonstraram vontade de mudar para outro estado do Brasil, em busca de empregos melhores e de uma vida mais tranquila. Um dos entrevistados já foi atrás de melhores empregos em Minas Gerais, mas optou por voltar por causa da família e por perceber que

as dificuldades em conseguir emprego eram as mesmas que no Rio de Janeiro ²⁵. Normalmente, essa vontade é apontada pelos JNP. Os JPP, no entanto, possuem vontade de sair do estado e até do país, mas a turismo.

Em todas as discussões, a obtenção de um bom emprego veio atrelada à educação. Para a maioria dos participantes, o estudo é importante, apesar de concordarem que a educação no Rio de Janeiro é precária. Quando perguntados sobre a importância da educação, a resposta é sempre positiva. Além da educação escolar, os jovens abordaram a educação dada em casa e a importância de um bom comportamento para que seja demonstrada uma imagem positiva de si. Ser bem educado, para alguns, também está ligado a ser bem instruído sobre o certo e o errado, o que se deve fazer e o que não deve:

“É preciso educar em casa para ter juízo. Tem gente que vai pro lado da malícia, faz besteira, tenta enganar as pessoas...” (Jovem Rocinha, sexo feminino, 21 anos).

“A educação liberta, ter informações, saber criticar. Tendo educação, você não é tão enganado facilmente, você sabe melhor o que quer, tem uma visão de mundo melhor. Não é somente um cego no meio de um tiroteio. Além de abrir várias portas, várias oportunidades.” (Jovem Rocinha, sexo masculino, 17 anos).

²⁵ Cabe saber que o jovem em questão, além de fazer parte do grupo JNP, possui 23 anos e parou de estudar na quinta série do antigo sistema de ensino. O próprio jovem reconhece que esse atraso escolar dificulta bastante sua inserção no mercado de trabalho formal, além de ser morador de uma comunidade pobre.

Alguns chegaram a comentar que a escolaridade é importante para criar mais oportunidades, mas a força de vontade, o talento pessoal, além de sorte, também são essenciais para que uma pessoa seja bem sucedida. Outros narraram que “para conseguir um bom emprego, é necessário conhecer alguém que te coloque lá”. (Jovem Santa Marta, sexo masculino, 17 anos).

4.1.3 As experiências com programas sociais

As administrações da prefeitura, do governo estadual e do governo federal, de maneira geral, foram julgadas negativamente por ambos os grupos. Reclamações comuns são sobre os projetos elaborados em suas comunidades. Eles concordam que sabem melhor do que ninguém quais são as necessidades de sua comunidade e que nunca presenciaram algum órgão que lhes perguntasse diretamente sobre isso:

“esses projetos do governo é pura hipocrisia, é tudo superficial, mas só quem sabe somos nós, que moramos aqui dentro. As pessoas que estão lá fora acham que está tudo certo, mas não é bem assim. É uma fachada, quem passa ali embaixo acha que é lindo porque eles pintaram todos os prédios ali da beirada da rua, mas quem passa dos

prédios pra dentro, veem a mesma coisa que a gente tá vendo aqui.”

(Jovem Rocinha, sexo masculino, 21 anos).

Todos os jovens que foram entrevistados criticam os projetos do governo, tanto no âmbito federal, quanto no estadual e no municipal. Muitos afirmam que não passam de uma fachada, já que quase ninguém tem acesso a eles. Um bom exemplo é o complexo esportivo construído na Rocinha pelo PAC²⁶, que, segundo os jovens entrevistados naquela comunidade, não abre as portas para eles, a não ser que sejam parentes ou indicados por algum funcionário daquele lugar:

“esses caras aqui... que fizeram o PAC, sabe? Eles nem perguntaram as coisas que as pessoas aqui queriam, eles deveriam ter feito uma pesquisa... eu queria fazer basquete, já tentei entrar lá no complexo esportivo várias vezes, mas é difícil. Os funcionários lá dentro... é muita panelinha, eles botam os filhos deles, mas não pensam nas pessoas da comunidade, que precisam muito, né? Tem pessoas que ficam muito dentro de casa e precisam fazer um esporte.” (Jovem Rocinha, sexo masculino, 16 anos).

Uma crítica comumente feita pelos jovens é que nunca implementaram algum projeto levando em consideração suas demandas e vontades. Segundo eles, nunca presenciaram alguma pesquisa com o intuito de elaborar um programa social, a partir das opiniões dos jovens moradores da comunidade. Alguns chegaram a comentar que os

²⁶ PAC é a sigla para o Programa de Aceleração do Crescimento, promovido pelo governo federal no mandato Lula.

projetos implementados pelo governo são como uma “receita de bolo”. No entanto, cada jovem morador de comunidade, em cada região do país ou até mesmo da cidade, possui demandas diferentes que deveriam ser levadas em consideração, já que ninguém melhor do que eles para saber do que necessitam e o que é preciso para que haja uma mudança significativa no local.

Alguns empreendimentos do governo abrem suas portas, mas nunca dão continuidade ao trabalho, o que desmotiva e frustra os jovens. Quando eles começam a se interessar por alguma atividade, há uma interrupção das atividades e os jovens não sabem para onde deveriam seguir para levar sua prática adiante. Segundo um jovem entrevistado, é uma espécie de “maré, um sobe e desce” de projetos que abrem e que fecham de uma hora para outra, de acordo com o patrocínio. No entanto, quando o programa é ministrado por alguma organização privada ou não-governamental, existe uma credibilidade maior. Apesar de reconhecerem a existência de alguns problemas, os que frequentaram projetos dessa natureza creditam a melhora da sua formação a esses organismos não-públicos.

Existe uma crítica constante por parte dos jovens da Santa Marta quanto às ações e projetos do governo. Para alguns tudo é uma grande ilusão. Um jovem narra que

“existe um emprego que eles dão, de agente de saúde, mas só ilude. Falam que dão isso e isso, aí a pessoa cresce o olho, ganha um dinheirinho um pouco acima de quem trabalha, mas na verdade eles estão tirando tudo. Tem que pagar um monte de coisa e aí acaba com

tudo. Eles dão aqui, aí a pessoa olha pra cá, mas enquanto isso eles estão tirando dali”. (Jovem Santa Marta, sexo masculino, 24 anos).

Outro jovem adiciona que

“quem está de fora vê que está escrito na placa que investiram 22 milhões no bonde, mas não veem que tem casa lá em cima que está prestes a cair, não veem que [não] tem esgoto. A aparência é só aqui na frente, que por dentro mesmo onde tem casas de barraco eles não veem. Eles não mostram tudo, só mostram as coisas boas que fizeram, mas as ruins eles não mostram.” (Jovem Santa Marta, sexo feminino, 20 anos).

Para a maioria dos jovens, os projetos sociais são extremamente importantes, pois são uma boa maneira de ocupar o tempo livre das crianças e adolescentes que ficam à mercê de influências negativas, além de ensinar questões relacionadas à promoção humana. Todos os JPP afirmam que a maioria dos projetos que frequentaram fez grande diferença em suas vidas. Por outro lado, nem todos os JNP compartilham da mesma opinião. Alguns confessam que não acham que projetos de cunho social sejam importantes para promover alguma mudança na vida dos jovens de comunidades. Apesar de essa ser uma afirmação da minoria dentro do grupo dos JNP, a discussão foi bastante interessante, pois pode ser percebido como a experiência de cada jovem afetou sua vida e sua expectativa de futuro.

Todos os JPP concordam que foram levados pela família, na grande maioria das vezes pela mãe, aos projetos e, depois, mais velhos, se interessaram também por outros. Tal como foi visto do primeiro capítulo com Ritz (2008), a família apresenta uma importante posição na vida dos jovens. Dessa maneira, muitos entrevistados concluem que a família é devesas importante nas suas formações e que, se não fosse por ela, provavelmente teriam feito escolhas erradas em suas vidas:

“tudo o que eu me esforcei pra conseguir e tudo o que eu faço, minha família está sempre me apoiando...” (Jovem Rocinha, sexo masculino, 16 anos).

Mesmo assim, é do conhecimento de todos os jovens que, apesar de uma boa formação familiar, alguns optam por vidas marginais. Conforme foi exposto no terceiro capítulo, as comunidades cariocas, em geral, presenciaram por muitos anos uma acintosa presença de integrantes de facções criminosas ligadas ao tráfico de drogas e de armas, gerando conflitos armados e alto grau de insegurança. Existem, no entanto, casos de jovens que, mesmo não possuindo família estruturada, conseguiram uma vida digna e não buscaram meios delinquentes para se sustentar. Porém, de acordo com os relatos, infelizmente, os indivíduos deste caso são raríssimas exceções. Dar oportunidades aos jovens é uma boa maneira para evitar que eles recorram à delinquência:

“aí o governo fala que é ladrão, que é safado, que não devia estar roubando os outros, tem que botar na cadeia mesmo. Mas eles não deram nada, não dão uma oportunidade de emprego. A pessoa que

está ali não teve uma educação boa, então ela não vai ter estrutura para arrumar um emprego normal e eles não estão nem aí! O que eles podem fazer? Vão roubar, nem necessariamente com o intuito de roubar, é desespero.” (Jovem da Santa Marta, sexo masculino, 18 anos).

4.1.4 Pobreza

Quando o debate é sobre a pobreza em si, pode-se perceber certo desconforto por parte dos jovens. Interessante notar que nenhum jovem entrevistado se autodenominou pobre, apesar de trazerem para o debate a existência dos miseráveis, que, de acordo com a maioria, são os que não possuem renda, vivem nas ruas, pedem esmolas e são socialmente isolados:

“Pobreza pra mim é difícil falar, porque eu, no caso, nunca passei pela pobreza. Mas o meu padrasto já. Ele vivia roubando, pedindo comida na rua, já dormiu na rua igual mendigo. Sei lá, eu não sei definir a pobreza... A pobreza pra mim é isso aí, os mendigos na rua, mãe com filho pedindo dinheiro, todo sujo. Pra mim isso é pobreza.” (Jovem Santa Marta, sexo feminino, 21 anos).

Nesse contexto, podemos trazer à discussão a questão da representação do indivíduo, como sugeriu Goffman (1959). Apesar de existirem as diferenças sociais entre os indivíduos dentro de uma comunidade, percebe-se a tentativa, por parte de alguns jovens, de se diferenciarem dos demais. Assim como defendeu Goffman (1959), os atores normalmente atuam de forma que se sobrepõe a si mesmos e encorajam os outros, por diversos meios, a aceitar a definição de uma situação. A partir da observação, adotada também como metodologia, puderam-se capturar algumas situações em que alguns jovens buscaram a valorização pelos demais integrantes, assim como a aceitação da situação definida por eles.

Admitindo-se, a partir da concepção weberiana de que qualquer ação que leve em consideração ações ou reações de outros indivíduos é modificada (Weber, 1982), da mesma maneira, foi necessário ao entrevistador assumir um papel e se ajustar, principalmente nos momentos de dificuldade relatados no capítulo anterior, a fim de manter a interação e não abalar a estrutura da situação socialmente construída (Goffman, 1959; Weber).

Para a maioria, a pobreza não está somente atrelada à questão financeira. Além da falta das necessidades básicas, a pobreza está relacionada à falta de informação, à falta de cultura, à falta de emprego. A partir de suas experiências, todos acreditam que a pobreza tem diminuído nos últimos anos, a maioria percebe-se numa melhor situação do que a de seus antecessores, como pais e avós. Nos grupos de discussão de ambas as comunidades, chegou-se à conclusão de que a comunidade, de maneira geral, está situada na categoria “classe média baixa” e concordou-se que há moradores miseráveis e outros com melhores condições, mas nunca ricos vivendo nas favelas pesquisadas.

Como foi apresentado no capítulo anterior, sabe-se que dentro das comunidades existem categorias sociais distintas, baseadas na comparação entre os próprios moradores. Como relatam os participantes dos grupos, no caso da Rocinha existem três categorias sociais, as quais os jovens chamam de classe alta, classe média e classe baixa ou miserável. Já na Santa Marta, os jovens julgam que existam duas. Na maioria das vezes, essa categorização é feita a partir da comparação das residências dos moradores dentro da comunidade:

“dentro da comunidade você vê casas boas, tem a classe média que tem tudo e tem também a casa que é feita de lama com umas madeirinhas e algumas telhas de lata e cozinham só com uma panela um arroz e depois não tem mais nada para comer.” (Jovem da Santa Marta, sexo masculino, 24 anos).

Segundo alguns relatos, as pessoas consideradas por eles como miseráveis conseguem sobreviver melhor na Santa Marta:

“na comunidade Santa Marta... tem algumas pessoas que passam necessidade, sim, mas aqui elas têm mais recursos, como procurar o que podem comer na feira, pegam alguma coisa. Outras vão na rua, catam papel, ou seja, aqui elas tem mais recursos, mas em outras comunidades como a da Rocinha que eu dei de exemplo, as pessoas não tem esse recurso.” (Jovem da Santa Marta, masculino, 24 anos).

Comparativamente, por ser uma favela consideravelmente menor do que a Rocinha, a Santa Marta possui acessos mais fáceis ao bairro onde está localizada. Além do mais, o bairro de Botafogo possui um vasto comércio, enquanto nos bairros do entorno da Rocinha, Gávea e São Conrado, o comércio não é tão grande assim. Na Rocinha, o comércio principal encontra-se dentro da comunidade, enquanto na Santa Marta, fora dela, mas no bairro ao qual pertence. Prova disso é que somente no bairro de Botafogo são promovidas quatro feiras livres durante a semana, às segundas-feiras, às terças-feiras, às sextas-feiras e aos sábados, enquanto, na Gávea, somente uma e em São Conrado, nenhuma. (Portal da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro).

Para a maioria dos entrevistados, a pobreza não está ligada somente à privação de alimentos, mas sim à carência de recursos, como emprego, saneamento básico e educação. A narrativa de um jovem da Santa Marta ilustra bem essa ideia:

“eu acho que pobreza é não ter recursos, fome não é. Claro que não são todos que vão dar um prato de comida. Eu posso falar porque eu já passei fome, já fiquei sem comer, mas se eu pedisse ao meu vizinho com certeza ele me daria, como já fizeram, mas eu acho que é falta de recursos. É dar oportunidade àquelas pessoas que não têm nada para que elas consigam ganhar a vida.” (Jovem Santa Marta, sexo masculino, 24 anos)

Quando a discussão abordou a questão da pobreza como falta de liberdade, a maioria concordou. Os jovens demonstraram inclinação a relacionar pobreza com falta de

empoderamento²⁷. Um jovem da comunidade de Santa Marta introduziu uma relação interessante quando reconheceu que quando o “playboyzinho” rico decide fazer algo, praticamente nada o impede, ao contrário do pobre.

Nessa questão, poderia relacionar com a definição de pobreza segundo Sen, pois, seguindo essa linha de pensamento do jovem entrevistado, o pobre não possui aptidão necessária para desenvolver suas potencialidades e capacidades (Sen, 1985). As entrevistas comprovam que, sob a ótica dos jovens moradores das comunidades entrevistadas, o fenômeno da pobreza não se refere apenas à carência de necessidades materiais e de bem-estar, mas também à falta de oportunidades que possibilitem viver dentro dos padrões socialmente aceitáveis.

Nas discussões sobre as principais causas da pobreza, percebe-se uma variação entre os JPP e os JNP. Para os que já participaram, as respostas concluem que a falta de educação é a causa mais importante, seguido pela falta de esforço ou vontade própria e, depois, pelo desemprego. Na opinião dos que nunca participaram de algum projeto, a causa, em primeiro lugar, são o desemprego e a má remuneração, seguidos pela falta de escolaridade adequada e, em alguns casos, a discriminação pelo lugar onde moram. No entanto, quando a discussão abordou a questão das soluções para se sair da condição de pobreza, houve um consenso em torno de melhoria da educação e acesso à renda.

²⁷ No sentido filosófico usado por Paulo Freire, quando a pessoa, o grupo ou instituição empoderada são aqueles que realizam as mudanças e ações por si mesmas e conduzem a sua evolução e fortalecimento (Freire, 1992).

Segundo os JPP, emprego existe, mas é mal remunerado. Alguns acreditam que o emprego não é escasso, mas as pessoas não trabalham porque não querem. Obviamente, muitos empregos exigem alguma qualificação, mas, de acordo com alguns dos jovens, as pessoas precisam buscar a qualificação a fim de conseguir um emprego melhor. A força de vontade é, segundo eles, algo necessário para alcançar a mudança social. Os JNP também concordam que as opções de emprego aumentaram no Rio de Janeiro, mas, em suas opiniões, acreditam que a remuneração seja insuficiente.

Enquanto os JPP apresentam uma atitude positiva em torno da mobilidade social, os JNP expressam descrença em tais possibilidades. Entre os JNP existe uma propensão a acreditar que é extremamente difícil sair da situação socioeconômica em que se encontram. Segundo os JPP, a pobreza não é em nenhuma hipótese um fator determinante, quem nasce pobre não está necessariamente destinado a viver nessa situação para o resto da vida. Um membro de um grupo de discussão da Rocinha afirma que “ser pobre é opcional”, ou seja, o fato de o indivíduo ter nascido com uma condição socioeconômica desfavorável não o limita a viver assim para sempre, “ele pode mudar isso”.

Uma característica da pessoa pobre, segundo eles, é não falar corretamente, pois não frequentou a escola por um período suficiente, além de apresentar debilidade física, por conta da alimentação deficitária. A diferença entre pobre e miserável é que o pobre tem condições de melhorar sua condição socioeconômica, mas o miserável não tem escolha. Sendo assim, a miséria é um limitador, mas ser pobre, na opinião deles, não é um fator de limitação:

“Porque alguém é pobre não consegue entrar numa escola, isso é mentira. O pobre ele tem essa instrução, ele tem consciência de que ele é pobre, mas ele tem consciência de que ele pode melhorar. Agora, o miserável não tem isso, ele não sabe nem porque ele está ali, não sabe nada... ele é só uma vítima do processo todo.” (Jovem Rocinha, sexo masculino, 24 anos).

Com relação aos miseráveis, a maioria acredita que a responsabilidade por sua situação seja dos governantes e, assim, indiretamente, da sociedade:

“a responsabilidade (da pessoa que vive em situação de miséria) não é dela. Por exemplo, se a gente vê uma pessoa miserável na rua, a responsabilidade é nossa, porque a gente que elegeu um prefeito e o prefeito é quem tem que fazer abrigos, prover serviços de assistência social que funcionem para que essa pessoa tenha condições de morar na cidade. A pessoa que não tem nada deveria ter acesso ao mínimo necessário.” (Jovem Santa Marta, sexo masculino, 16 anos)

Então, uma vez que o miserável seja um indivíduo isolado e esquecido, sem opção na vida e sem qualquer informação de como poderia melhorar sua condição socioeconômica, é responsabilidade do governo - e da sociedade, indiretamente – tomar providências, através de cursos de capacitação e de programas de assistência social sérios, para que ele consiga superar essa situação.

Muitos se sentem ressentidos com o descaso por parte do governo, principalmente para com a situação das crianças e jovens pobres e miseráveis:

“tem muitos meninos de rua aí que o governo passa perto de carro, menino de rua ali com fome e eles passam de carro para ir num restaurante chique e não fazem nada por eles. Eles sabem que é o mesmo ser humano que eles, não muda nada, é ser humano também. Para eles isso é normal, mas isso não é normal.” (Jovem Santa Marta, sexo masculino, 16 anos).

Cabe lembrar que a residência oficial do prefeito da cidade do Rio de Janeiro é situada ao lado da comunidade Santa Marta, assim, os moradores estão acostumados a ver carros oficiais, cercados por seguranças.

Trabalho e falta de oportunidade são geralmente assuntos abordados quando é discutida a solução para a pobreza. De acordo com a narrativa de vários grupos, o problema da pobreza é exacerbado pela falta da educação, de cursos profissionalizantes e pela dificuldade de acesso ao mercado de trabalho. Um jovem associa a pobreza à falta de oportunidades geradas pelo governo:

“para os jovens mudarem alguma coisa é preciso dar oportunidade para eles. Sozinho ele não vai conseguir fazer nada, não vai mudar o mundo, mas dando oportunidade para ele, dele ser alguém no futuro, ter um bom emprego, ter uma boa renda, vai contribuir para que o mundo venha a ser melhor, porque será menos um jovem infrator nas

ruas, menos um jovem que está ali no sinal roubando porque não tem o que comer. Oferecendo cursos e dando oportunidades para aquele jovem pode contribuir para que o Brasil possa estar melhorando.” (Jovem Rocinha, sexo masculino, 24 anos).

Foram dados alguns exemplos a fim de confrontar a opinião dada. O primeiro deles foi o caso de um sujeito, morador da comunidade dos jovens entrevistados, que é formado em direito e hoje é catador de latinha e papelão. Outros exemplos, também levantados pelos jovens, são de homens como o ex-presidente Lula e o apresentador Silvio Santos, que não tiveram educação de qualidade, muito menos possuem alto grau de escolaridade. Na opinião deles, o primeiro sujeito é considerado pobre, apesar de ter concluído o ensino superior, e os dois últimos são considerados ricos, mesmo não possuindo alto nível de formação escolar, caso que, de certa maneira, contradiz a relação entre pobreza e escolaridade.

Sendo assim, a conclusão a que se chegou durante o debate é que a pobreza está ligada à condição em que se vive. O bacharel em direito²⁸ é, então, considerado pobre, pois não possui qualquer recurso que o faça ter uma vida considerada digna. Segundo eles, a principal causa da condição de pobreza desse indivíduo é a falta de emprego.

Para a maioria dos jovens dos grupos entrevistados, o voto foi considerado um mecanismo de grande importância para alcançar mudanças nas condições de vida dos indivíduos em situação de pobreza. Contudo, a educação e o acesso à informação são vistos

²⁸ Os jovens referem-se a ele como advogado, mas não souberam afirmar se este possui carteira da OAB, caso que, no Brasil, credencia o indivíduo à atuação na área.

como condições importantes para que a população saiba em quem votar. Um jovem participante do grupo de discussão da Rocinha afirmou que,

“com 16 anos já podemos votar. É importante investigar mais e não somente votar num candidato porque fez alguma coisa pra mim, ou porque ele botou um negocinho aí na pracinha, reformou um campinho. Não temos que ver por esse lado.” (Jovem Santa Marta, sexo masculino, 17 anos).

Outro jovem atrelou o fator impotência ao voto. Para ele, não adianta votar conscientemente se a maioria não se preocupa com isso. Ele acha que utilizar o voto como protesto é algo extremamente inútil. Segundo ele,

“a pessoa que possui um candidato e confia nele, sabe o que está fazendo. Agora, a pessoa que vota em protesto, não. Vai estar ali protestando e nem procura pesquisar o candidato dela. Eu me sinto impotente, eu dependo de uma maioria que.... essa maioria lá, pô, eu tô votando sério enquanto vai um milhão pra “protestar”. Aí, o cara vai e elege o protesto dele e aí fica um cara lá que não sabe falar para reivindicar meus direitos. Aí, enquanto eu quero melhorar minha condição aqui, eu não vou conseguir, pô! Porque a maioria elegeu um cara que não sabe fazer lei, não sabe captar recurso. Às vezes não sabe nem discursar. Então eu me sinto impotente. O esquema de

eleição e de democracia tá errado. Eu me sinto impotente na hora de escolher, o meu voto não adianta. Sou eu contra um milhão, assim eu não tenho voz.” (Jovem Rocinha, sexo masculino, 24 anos)

O sentimento de impotência também acontece nas favelas com relação às leis e aos direitos individuais, que não são respeitados, especialmente pela polícia. Por morarem em comunidades, a maioria dos jovens sente-se privada de sua liberdade. Alguns casos relatados descrevem situações de humilhação exercida por parte do poder público, principalmente quando esse é representado por policiais militares:

“quando a polícia entra e a comunidade é classe baixa, o policial quer esculachar a comunidade, quer bater na cara dos outros e assim vai. Isso nunca aconteceu comigo, mas já vi com vários amigos. Agora que a comunidade está pacificada, melhorou um pouco, mas só um pouco.” (Jovem Santa Marta, sexo feminino, 20 anos).

Outro participante acrescenta:

“no meu ver não são todos, alguns falam com você numa boa, mas tem policiais que querem bater, que querem te esculachar, querem colocar moral. Falam que, porque é policial, podem fazer. Já aconteceu comigo de um policial chegar e dizer que quer me revistar, mas eu conheço os meus direitos e não é só porque ele é policial que vai me revistar.” (Jovem Santa Marta, sexo masculino, 24 anos).

Durante as discussões eles concluem que as pessoas que não possuem educação ou não tem informação não sabem seus direitos e, por isso, são mais vulneráveis a esse tipo de situação.

De maneira geral, os jovens da Rocinha passam por menos situações de humilhação do que os jovens da Santa Marta. Eles acreditam que o provável motivo seja porque o morro ainda esteja sob o domínio de traficantes, que, para não levantarem muitas denúncias ou reclamações, tentam manter uma disfarçada paz na comunidade. A não ser que o indivíduo esteja ligado ao tráfico de drogas ou a atividades ilegais, dificilmente acontece algum tipo de abuso ou truculência com ele.

4.1.5 Sentimento de exclusão

O jovem, por si só e de maneira geral, não sofre discriminação. Nenhum deles acredita que por serem jovens são mais vulneráveis. No entanto, a principal causa da discriminação se dá pelo fato de serem moradores de favela. Interessante saber que, dentro da comunidade, o grupo que sofre certo grau de discriminação são os nordestinos.

Os jovens participantes dos grupos de discussão da comunidade Santa Marta expressaram sentimento de exclusão por parte da sociedade. Uma questão frequentemente abordada foi o estigma do morador da comunidade associado à pobreza, à falta de educação

e à marginalidade. Os indivíduos pobres, em geral, não são vistos como vítimas pela maioria dos moradores do “asfalto”, mas sim como atores da violência. Pode-se voltar à questão abordada no segundo capítulo, sobre o estigma ao qual são sujeitados os indivíduos pobres (Goffman, 1980; Narayan, 2000), que são marcados negativamente por outros grupos da sociedade sem, de fato, serem conhecidos por eles. Sobre isso, os jovens entrevistados relatam que são submetidos a desrespeito e humilhação também por parte de policiais, além de sofrerem discriminação quando perguntados sobre seu endereço em entrevistas de emprego.

Segundo eles, conseguir emprego fora do entorno de sua comunidade é extremamente difícil. Segue um caso relatado por um jovem:

“eu já fui num trabalho que eles pediam a quinta série e eu tenho a sexta e a menina que estava entrevistando, junto com outro rapaz, me perguntaram o que eu podia acrescentar à empresa deles morando dentro de uma comunidade. Então eu perguntei pra eles qual é o problema de eu morar lá e a resposta foi que lá você não vai poder acrescentar nada para a empresa”. (Jovem Santa Marta, sexo masculino, 24 anos)

Os demais concordaram que já passaram por situações semelhantes. Sendo assim, o estigma da pobreza, no caso da zona sul do Rio de Janeiro, envolve uma dimensão sócio-espacial, uma vez que os empregadores costumam recusar a contratação de moradores de

favelas. Em alguns grupos de discussão, a discriminação racial apareceu como uma questão importante. Para eles, a cor também é um estigma. A pessoa de cor negra enfrenta ainda maiores dificuldades para alcançar melhores empregos na sociedade brasileira.

Viver na comunidade também acarreta em impacto negativo nas relações interpessoais. Um participante da Rocinha afirmou que seus amigos de fora da comunidade não frequentam a sua casa:

“Eu tenho muitos amigos que não moram aqui dentro, então a imagem que o pessoal tem daqui é uma imagem ruim. Eu já convidei várias pessoas para vir na minha casa, mas as pessoas ficam assim: ... pô, mas como é que é lá... não sei... As pessoas até esboçam vir, mas depois desistem porque tem medo.” (Jovem Rocinha, sexo masculino, 24 anos).

Ou ainda,

“A imagem que o pessoal tem de fora é uma imagem ruim, por isso não posso convidar as pessoas e dar uma festa na minha casa, meus amigos não vão vir. As pessoas não querem vir na minha casa, eu é que tenho que ir na delas.” (Jovem Rocinha, sexo masculino, 21 anos).

Outro participante corrobora o discurso do colega

“só de falar onde você mora, as pessoas já ficam meio assim... as pessoas não chegam a me destratar porque eu moro aqui, mas rola uma discriminação indireta.” (Jovem Rocinha, sexo feminino, 24 anos).

Em alguns casos, o sentimento de exclusão vem atrelado ao mercado de trabalho, quando não conseguem disputar uma vaga com outro candidato que não é morador de comunidade. Muitos relatam que não existe um interesse do poder público de tirar os jovens de um “mundo errado”, O foco, na opinião deles, é sempre a elite. Alguns se mostram até entristecidos em seus discursos, pois dizem perceber que o governo não elabora leis para o povo e sim para as elites e não acham que haverá nenhuma mudança significativa quanto a isso tão cedo: “o governo não faz leis pro povo, o governo faz leis pra eles, pra elite e isso é triste...”. (Jovem Rocinha, sexo masculino, 17 anos).

A solução encontrada por eles sempre é relacionada à educação:

“as pessoas são iludidas, sempre vai ser assim enquanto não houver o fator educação. Enquanto não tiver educação que liberte as pessoas para que elas passem a enxergar realmente o que se deve ser visto, vai ser sempre assim.” (Jovem Rocinha, sexo masculino 21 anos).

4.1.6 Expectativa de futuro

A expectativa de futuro dos jovens entrevistados está sempre atrelada ao mercado de trabalho, no sentido de ter um bom salário e segurança no emprego. Alguns dos jovens têm visões bastante positivas quanto ao futuro. Obter um diploma superior é o plano de alguns, que, inclusive, já frequentam a universidade. No entanto, dentre os JNP, a grande maioria não almeja um diploma superior, ao passo que os JPP falam com naturalidade sobre sua obtenção. Interessante notar que somente um dos entrevistados mencionou a possibilidade de seguir uma carreira esportiva, no caso, de jogador de basquete.

Com relação aos planos para o futuro, as opiniões variam consideravelmente,

“eu planejo deixar de morar com a minha mãe, mas eu vou morar perto dela e manter contato e acompanhar. Caso ela fique doente, eu quero estar perto. Quero ter minha própria casa e meio de transporte, depois planejo ter filhos, um ou dois, no máximo. Também pretendo, como autônomo, abrir meu próprio negócio, sem depender muito dos outros. Já estou matutando umas ideias aqui, quero ampliar as minhas possibilidades de trabalho e poder ganhar melhor. Daí, depois, quem sabe, começar a viajar por aí, conhecer uns lugares legais.” (Jovem Rocinha, sexo masculino, 24 anos).

Os JPP demonstraram possuir muitos sonhos, diferente dos JNP. O relato de um participante da Rocinha exemplifica bem a narrativa dos JPP:

“em primeiro lugar, vêm meus estudos, né? Você tem que focar muito isso e saber escolher, apesar de que é muito difícil escolher uma profissão agora, tô até passando por isso. Meu planejamento de vida é conseguir algo que eu goste, porque, até então, antigamente, as pessoas não tinham essa visão, queriam mais o fator financeiro. Mas também algo que eu goste e algo que tenha volta e... planejo me formar, ter minha profissão, ser estável no trabalho...e curtir a vida.”

(Jovem Rocinha, sexo masculino, 17 anos)

A maioria dos JPP tem como objetivo frequentar ou terminar a faculdade. Para os JNP, o objetivo é sempre conseguir um trabalho com melhor remuneração. Apesar de este ser também um dos objetivos dos JPP, eles demonstram uma preocupação menor com essa questão do que o outro grupo. O que se pode perceber é que os JPP traçaram metas para alcançar tal objetivo, logo, frequentar o ensino superior faz parte da trajetória.

A partir dos resultados das entrevistas apresentado nesta parte do trabalho, pode-se fazer algumas conexões com o que foi exposto nos capítulos anteriores. Conforme foi abordado no primeiro capítulo, o trabalho é o propósito de vida dos jovens em geral, e percebe-se que entre os jovens pesquisados tal objetivo se confirma. Os jovens que não trabalham vivem na expectativa de conseguirem alguma ocupação remunerada e confiam na educação como forma de inserção no mercado de trabalho e de realização de seus

projetos de vida. Anseiam também pelo seu reconhecimento como sujeitos de direitos, por oportunidades de emancipação e por autonomia através do trabalho e do desenvolvimento profissional. Para tanto, desejam oportunidades igualitárias às dadas aos jovens de classe média e alta.

Assim, como visto no capítulo sobre a importância da juventude na sociedade, essa categoria social representada pelos jovens, é o principal grupo com possibilidades reais de promover a mudança social de qualquer tipo (Manheim, 1968). Por isso, retomando a ideia defendida no segundo capítulo, as estratégias de combate à pobreza devem levar em consideração a inclusão dos jovens e serem pensadas de acordo com o perfil específico que eles possuem em cada população.

Conclusão

Ser jovem não significa ser pobre. A pobreza é um fenômeno social no qual o jovem está incluído, visto que há jovens em todas as classes sociais. Investigar ou medir a pobreza é necessário para que possamos direcionar as intervenções. Não se podem ajudar os pobres sem saber quem eles são e do que realmente precisam. Essa é uma proposta de um perfil da pobreza que define os principais fatos sobre ela para, assim, examinar os padrões que a envolvem e observar suas variações em diferentes aspectos. Por isso, traçar o perfil da pobreza é de extrema importância.

Sob o ponto de vista das privações de capacidades, a pobreza envolve variadas dimensões que excedem os limites da falta de renda monetária. Como lembra Martins (2008), a pobreza “(...) já não é mais nem a carência material. As pobrezas se multiplicaram em todos os planos e contaminaram até mesmo âmbitos da vida que nunca reconheceríamos como expressões de carências vitais.” (Martins, 2008, p.12). Conforme foi discutido no capítulo dois, os debates acerca do tema propõem que a pobreza é multidimensional e influencia diretamente a qualidade de vida em diferentes níveis, como alimentação e dificuldades nas relações sociais.

Semelhante ao que foi argumentado no mesmo capítulo, as objeções feitas às medições de pobreza também são estendidas aos indicadores considerados mais complexos, como o IDH. De acordo com Salgado, a construção técnica do IDH não consegue

solucionar a questão de sentido em que são envolvidos os processos de ação social, que reproduzem a assimetria e os conflitos causadores da luta diária pelos recursos econômicos, culturais e políticos no ambiente familiar, comunitário e regional (Salgado *apud* Pizzio, 2009). Sendo assim, é preciso questionar se tais levantamentos nos permitem compreender realmente a pobreza, como fenômeno social (Pizzio, 2009).

No Brasil, a pobreza absoluta é fortemente atrelada à desigualdade de renda no país. Prova disso é que 1% das pessoas que possuem renda familiar mais elevada detém 13,9% do rendimento total do país, ao passo que 50% das pessoas que possuem renda familiar mais baixas detém 12% da renda total (Rocha 2006). A pobreza absoluta pode ser reduzida pelo aumento da renda, mas também pela melhoria da sua distribuição. Aumentar somente a renda não significa diminuir a desigualdade de sua distribuição. Os níveis de desigualdade de renda atual, principalmente nas áreas urbanas, refletem os contrastes de riqueza e pobreza, de poder e inabilidade. De acordo com Rocha (2006), uma medida efetiva para a redução da desigualdade seria a universalização do acesso aos serviços públicos básicos e de boa qualidade, que auxiliaria na geração de oportunidades também aos menos favorecidos economicamente. Já a redução da pobreza absoluta poderia se dar através de programas de transferência de renda focalizados.

Enquanto a pobreza absoluta é diretamente relacionada à sobrevivência, no que tange à questão da carência ou insuficiência nutricional considerada vital, somada a outras necessidades básicas – tais como vestuário, transporte, moradia, saúde, entre outros –, a pobreza relativa refere-se ao conjunto de necessidades que deveriam ser atendidas tendo como referência o modo de vida da sociedade em questão.

A lacuna gerada pela desigualdade econômica, no entanto, parece perseverar, uma vez que não somente o poder aquisitivo dos pobres tem aumentado, mas também o dos ricos. Espera-se, no entanto, que este dado seja percebido e discutido a tempo pela sociedade e por órgãos competentes, para que o desenvolvimento econômico vivenciado atualmente pelo Brasil não seja somente ilusório e para que, de fato, seja possível reduzir drasticamente a exclusão social na qual a maioria da população brasileira se encontra no momento. É preciso ir além e promover não só a distribuição equitativa da renda, mas também dos benefícios sociais, culturais e políticos. A questão, por assim dizer, é mais social do que econômica (Martins, 2008).

Por isso, conforme Martins (2008),

“Tudo de sensato e fundamentado que se fizer e propuser no sentido de acelerar a inclusão social e política das populações pobres no processo de desenvolvimento econômico para, com ele, compatibilizar o ritmo do desenvolvimento social, será historicamente bem-vindo. Tanto no âmbito do Estado e das políticas públicas quanto no âmbito da sociedade civil.” (Martins, 2008, p.9).

Como visto no segundo capítulo, o Brasil passou por um longo período de crise econômica, quando desigualdades e pobreza foram agravadas e acumuladas através de estratégias do Estado, que nem sempre eram compatíveis com o bem comum (Martins, 2008). Certo grau de estabilidade somente foi alcançado em meados dos anos de 1990. O

momento atual que o país atravessa é único, com aquecimento econômico e diminuição das taxas de desemprego ²⁹. O Rio de Janeiro, em especial, sofre um *boom* especulativo imobiliário ³⁰ com o advento da Copa do Mundo de Futebol e, posteriormente, das Olimpíadas, quando a cidade servirá de sede. Talvez esse seja mais um dos motivos pelos quais não encontramos nas narrativas dos jovens desânimo quanto ao futuro. Além do mais, com os novos programas lançados pelo governo federal anterior, e seguidas pela atual gestão, apesar de algumas críticas, observa-se uma esperança na população pobre em geral, de que a exclusão social seja gradativamente diminuída.

Conforme foi abordado no trabalho, a delimitação de pobreza dentro da comunidade é relativa, pois, enquanto na Rocinha e na Santa Marta os jovens entrevistados se autodenominam classe média, ainda que classe média baixa, fora da comunidade, eles são considerados pobres pelos moradores dos bairros cariocas e também pelo governo que estabelece uma linha de pobreza. Dentro da comunidade, em comparação com outros moradores do mesmo local, eles correspondem a um grupo socioeconômico mediano, já que não precisam de ajuda de outras pessoas, têm o que comer, têm o que vestir e habitam casas de alvenaria. Por outro lado, os indivíduos percebidos pelos moradores como parte do grupo com melhor situação socioeconômica residem em casas consideradas boas para os padrões da comunidade, possuem eletrodomésticos e eletroeletrônicos. Já os miseráveis são aqueles que não possuem de ajuda externa, vivem isolados, fazem trabalhos considerados

²⁹

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u13842.shtml> e
<http://www.valoronline.com.br/online/indicadores/10/388616/brasil-tem-a-menor-taxa-de-desemprego-para-janeiro-desde-1998>

³⁰ http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100926/not_imp615362,0.php

menores, como catar latinha e papelão para conseguir algum dinheiro para seu sustento, além de morarem em barracos de madeira.

Enquanto, em comparação aos moradores dos bairros urbanos da zona sul carioca, esses jovens são considerados pobres porque moram em favelas, dentro de suas comunidades, possuem um nível social maior. No entanto, os que responderam que gostariam de morar em outro local, desde que fosse na zona sul, não o fazem porque não têm dinheiro suficiente para isso, apesar de que, segundo eles, possivelmente tivessem condições financeiras o suficiente para morar em bairros afastados, em outras regiões da cidade.

Durante as análises das entrevistas, foi notado que muitos participantes dos grupos de discussão, quando questionados sobre as características da pobreza e o que definiria um indivíduo como pobre, apesar de morarem em comunidade, procuram se distinguir das categorias mais baixas. A maioria respondeu que não é pobre. Como foi visto, ao morador da comunidade vem atrelado o estigma da pobreza ligada à falta de educação e à marginalidade. Talvez, por isso, seja possível perceber em seus discursos uma negação subjetiva da pobreza, nos termos de Martins (2008). Segundo o autor, mais do que uma privação econômica, existe, atrelada à ideia de pobreza, uma dimensão moral, que não oferece outras alternativas, nem sequer a possibilidade de ascensão social (Martins, 2008).

Ao contrário do que se supunha no começo da pesquisa, nenhum jovem relacionou a pobreza ao consumo. Sendo assim, a visão estereotipada da juventude hedonista e consumidora, criada pela sociedade de consumo na segunda metade do século XIX,

conforme foi visto no primeiro capítulo, não parece fazer sentido entre os jovens das comunidades pesquisadas. No entanto, a diminuição dos laços de solidariedade entre os jovens parece corroborar com a imagem individualista e indiferente aos problemas alheios que se tem da juventude atual.

A individualidade pode estar atrelada ao futuro no mercado de trabalho, ou em conseguir um emprego com boa remuneração, em terminar o ensino superior para alcançar tal emprego, aspirando a uma situação econômica mais segura, a fim de promover uma vida mais digna para si e sua família. Tais valores não favorecem à rebeldia, tampouco às lutas sociais coletivas. Talvez, entre os moradores de favelas, essa seja mais uma questão de sobrevivência, pois, conforme foi apresentado no trabalho, a violência que reinou durante décadas e com a qual eles cresceram os ensinou na prática o perigo ao qual são expostos quando tentam se mobilizar.

A partir das análises das entrevistas, chega-se à conclusão de que a variação significativa entre os jovens participantes dos grupos de discussão se dá entre os que não frequentaram programas de cunho social – os que convenientemente chamaram-se, durante o trabalho, JNP –, e os que já frequentaram ou ainda frequentam esse tipo de programa – referido como JPP. Entre eles, houve uma interessante variação quanto à percepção da pobreza e dos meios de solução do problema, mas não entre as comunidades. Chega-se ao entendimento, então, de que possivelmente entre as comunidades da zona sul carioca os problemas e dificuldades enfrentados sejam basicamente os mesmos, exceto no que se refere à violência atualmente, haja vista que alguns morros foram “pacificados” e outros não.

Os JPP tendem a associar pobreza à incapacidade, enquanto os JNP associam-na à falta de oportunidades dadas pelo governo. Com relação às expectativas de futuro, pode-se concluir que a maioria acredita que a vida possa melhorar no futuro, mas a insegurança em conseguir salários dignos persiste de maneira geral. Um emprego com salário decente é o tema que recebeu mais atenção por parte dos jovens. O ambiente em que vivem também é objeto de preocupação, seguido pela violência, no caso da Rocinha, e da truculência dos policiais, no caso da Santa Marta.

Foram abordados no trabalho dados que indicam o aumento das taxas de emprego e renda, corroborando a percepção dos jovens sobre a melhoria em sua qualidade de vida, com relação a vida de seus antepassados. No entanto, a percepção comum entre os JPP é de que os problemas tendem a diminuir caso haja um esforço próprio. Já entre os JNP, há uma incógnita, e a maioria não soube responder. O que se pode perceber, nesse caso, é que a percepção está diretamente ligada à expectativa e aos planos de futuro dos jovens. Os JNP, cuja expectativa é rasa, não possuem segurança quanto ao futuro, mas tampouco apresentam opiniões de que a situação vá piorar.

As expectativas mais otimistas entre os JPP podem ser compreendidas pelo fato de possuírem níveis mais altos de escolaridade e, por isso, melhor posição no mercado de trabalho - os que já trabalham - ou maior possibilidade de emprego - os que ainda não começaram a trabalhar. Os JNP, de maneira geral, apresentaram grande incredulidade quanto a sua capacidade de solucionar seus problemas, apesar de muitos relatarem que não esperam ações práticas e objetivas do governo, e de concordarem que alguns problemas

poderiam ser resolvidos sem ajuda externa, mas com apoio dos demais moradores de suas comunidades.

Nas narrativas sobre as principais causas da pobreza, todos concordam que a educação e o desemprego são fatores determinantes de sua existência. Falta de oportunidade e desinteresse por parte do Estado também foram comumente citados nos grupos de discussão. A relação entre pobreza e educação é particularmente importante, devido ao papel fundamental desempenhado pela educação no crescimento econômico e, conseqüentemente, na redução da pobreza. Os mais instruídos normalmente possuem melhor renda e menor propensão à pobreza. De modo geral, os grupos JPP demonstraram ter confiança em suas capacidades de resolver problemas por si mesmos. Em alguns casos, chegou-se à conclusão de que alguns dos problemas discutidos poderiam ser solucionados sem ajuda externa. No entanto, nos casos em que a pobreza é mais extrema, salientou-se a necessidade da intervenção de órgãos do governo.

Tal como foi visto na pesquisa realizada por Raitz (2008), os jovens entrevistados nesta pesquisa, também se sentem preocupados com a inserção laboral, mas, diferentemente dos resultados da pesquisa de Raitz (2008), nem todos sentem impotência, vergonha ou se sentem excluídos socialmente. No entanto, os jovens percebem que os indivíduos pobres não são compreendidos como vítimas, mas sim como agentes da violência. Entre os dois grupos de jovens entrevistados, existe a percepção de que a pobreza está diminuindo e, ao contrário do que se pensava, o acesso a comida, moradia e saúde não foi considerado prioridade.

A questão da moradia, no que concerne a não ter onde morar, não é uma preocupação dos jovens. Para alguns autores, como Martins (2008), isso não causa surpresa. Segundo o autor, desde os anos de 1950, a ascensão social dos pobres nos grandes centros urbanos no Brasil já não passa mais pela mediação da propriedade imobiliária e pelo enraizamento. Segundo ele, “quase que se pode dizer que houve uma opção consciente pelos signos de consumo em detrimento dos signos de propriedade, da moradia e da alimentação.” (Martins, 2008, p. 36)

As experiências do problema variam significativamente entre os jovens participantes. Enquanto alguns jovens relataram que já passaram por situações de privação de alimentos, outros ainda não sentiram necessidade de buscar um emprego, pois a família fornece o sustento necessário para que permaneçam com dedicação exclusiva aos estudos e a atividades extracurriculares. Os participantes também não consideram os jovens como grupo mais vulnerável. No entanto, as opiniões variam entre as crianças e as mulheres como sendo o grupo mais suscetível a sofrer algum tipo de violência física.

Todos os jovens entrevistados vivem com suas famílias, com ambos os pais, ou com pai ou com a mãe, e, em alguns casos, um dos avós também vive na mesma casa. Os vizinhos e a família estendida³¹ quase não foram mencionados, o que não era esperado. Relatos comprovam que, antigamente, o grau de solidariedade entre os moradores era maior, principalmente entre as gerações dos pais e avós dos jovens. A partir disso, pode-se pensar no enfraquecimento das relações primárias dentro das comunidades urbanas cariocas, onde, por muitos anos, imperou o regime de violência e impunidade. No entanto,

³¹ Familiares fora do núcleo familiar pai/mãe/irmãos.

no caso das famílias, pode-se voltar à hipótese de um maior individualismo entre as pessoas, gerando um encerramento do núcleo familiar em si.

Como analisado em capítulos anteriores, todos os JPP que participaram dos grupos de discussão foram levados aos projetos que frequentaram por um membro da família que julgou importante ocupar o tempo daquele jovem com atividades esportivas, musicais e/ou artísticas, e capacitá-los através de cursos ou aulas promovidos por alguma organização. Assim como visto no primeiro capítulo, a família representa uma importante posição na vida dos jovens. Porém, deve-se pensar sobre os jovens que não tiveram esse fator motivador. Nesse caso, raramente os jovens procuram alguma atividade por conta própria, reduzindo consideravelmente suas chances de emancipação e de conquista de melhores espaços dentro da sociedade. Casos assim deveriam ser levados em consideração também pelos organismos do governo, de maneira que gerasse novas oportunidades a todos os jovens em geral.

Uma constatação importante a ser feita nesta pesquisa é a de que a pobreza não parece estar diretamente ligada ao gênero ou à geração. A maioria dos participantes demonstra que houve uma melhora considerável na qualidade de vida dos seus pais e avós ao longo do tempo. Muitos jovens relataram que, durante o ciclo de vida, muitos indivíduos acumularam dinheiro suficiente para promover melhorias significativas em suas habitações, exibindo um padrão de progresso social. A crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, aliada à maior escolaridade adquirida e facilitada pelo aumento de ofertas no setor de serviços no Rio de Janeiro, colabora para a absorção da mão-de-obra feminina.

Muitas mudanças ocorreram durante as últimas décadas. As posições antigas demonstravam que os homens deveriam ser os provedores da família, entretanto, a maioria dos jovens entrevistados possui pais separados e a mãe desempenha uma função importante de liderança dentro de suas casas. Essas mudanças podem ser associadas à necessidade feminina de contribuir na renda familiar, mas também à afirmação e à conscientização, por parte das mulheres, de suas capacidades de crescimento e independência.

A violência foi considerada um tema sensível que deveria ser evitado pelo entrevistador, por saber das situações delicadas que os jovens vivenciam e da posterior complicação que sua narrativa poderia gerar dentro da comunidade. Mesmo assim, a questão foi abordada por alguns jovens, gerando certo desconforto em outros membros do grupo. Todos os participantes relataram problemas gerados pela venda e consumo de drogas em suas comunidades. Os participantes da Rocinha, quando narravam suas experiências com essa questão, buscavam formas de narrativas indiretas e generalistas³². Em alguns casos, chegou-se a perceber que algumas situações foram vivenciadas por eles próprios. No caso da comunidade de Santa Marta, o que sobressaiu, quando abordado o tema da violência, foi a brutalidade e o desrespeito policial, que afetam diretamente os jovens do sexo masculino. Apesar da pouca confiança direcionada à polícia, todos revelam que a consideram uma instituição importante na comunidade.

Especialmente na comunidade de Santa Marta, onde existe aproximadamente há dez anos uma UPP, os jovens reconhecem a importância da presença policial no morro, mas que essa precisa de melhorias em seu desempenho, principalmente no que se refere ao trato

³² Ver Goffman (1959)

com os moradores. No entanto, na Rocinha, pouco se opinou sobre a provável presença policial no futuro, através da implantação de UPPs no local, tampouco se consideraram tal evento negativo ou positivo. Essa falta de opinião provavelmente se deva ao fato de que alguns jovens participantes dos grupos de discussão possuam membros da família diretamente ligados ao tráfico. Por isso, o receio de tocar no assunto é consequência de uma possível futura repreensão.

O voto foi visto como condição importante para alcançar a ação do governo para as comunidades. Muitos relatos também demonstraram sentimentos de descrença e frustração nas instituições governamentais. Cabe mencionar que os grupos ressaltaram a necessidade de maior politização e informação acerca dos políticos para eleger o melhor candidato a fim de ajudar as famílias a superarem a situação de pobreza e obterem uma vida digna.

As percepções relacionadas à renda e ao mercado de trabalho pouco variam entre os JPP e os JNP. Aspectos relacionados à infraestrutura foram naturalmente levantados pelos jovens durante as discussões. Entre os grupos, as maiores insatisfações são com as condições de saneamento e transporte em suas comunidades e chegou-se à conclusão de que muitas melhorias ainda devem ser feitas.

Entre os grupos, principalmente entre os JNP, o governo é o maior culpado pela falta de oportunidades dadas aos indivíduos pobres para que eles consigam melhorar suas condições de vida. Cursos de capacitação, qualidade do ensino público, atividades extracurriculares, saneamento, infraestrutura e saúde acessível são considerados, por todos os participantes, condições importantes para melhoria da qualidade de vida.

No que concerne às condições que conduziriam à solução da condição de pobreza de um indivíduo, alcançou-se o consenso sobre a importância da educação e do emprego. De acordo com alguns relatos, a mobilidade socioeconômica aumentou por causa da diminuição do desemprego. De fato, existem dados de que a população urbana no Brasil experimentou níveis de ascensão social (Silva, 1999). No entanto, existe um consenso de que os mais miseráveis dificilmente conseguem superar essa situação e mantêm essa condição por um longo período.

O presente trabalho buscou contribuir para uma melhor compreensão da juventude pobre e da pobreza como fenômeno social, mas também propiciar novas ideias para futuros projetos.

Segundo relato dos jovens participantes, normalmente quando há interesse de implantar um projeto nas comunidades, não se realiza uma pesquisa qualitativa com os jovens moradores. Ninguém pergunta a eles quais são os problemas e as necessidades, assim como as possíveis soluções. As pesquisas, quando feitas, em geral são de características quantitativas, baseadas em modelos matemáticos. Na opinião deles, as pesquisas são automatizadas, “é como uma receita de bolo”, conforme afirma um jovem da Rocinha. Sendo assim, o projeto pensado para uma comunidade não serve necessariamente para outra, nem para todos os jovens de uma mesma comunidade.

A maneira de abordar um problema deveria ser diferente: é preciso saber quais os interesses do grupo. Os jovens entrevistados disseram que gostariam de ser procurados a fim de exprimirem suas opiniões, desde que haja um real interesse em suas promoções,

enquanto jovens e enquanto moradores de comunidades, afinal, sabem melhor do que qualquer pessoa “de fora” os verdadeiros problemas enfrentados.

“Vêm pessoas de ONGs e das diferentes esferas do governo aqui com o objetivo de implantar algum projeto social, mas a gente sabe que não existe um projeto voltado especificamente para os jovens.” (Relato de um jovem da Santa Marta). Os projetos mais comuns são para crianças, idosos e, algumas vezes, até para adolescentes. No entanto, os jovens passam a fase da adolescência, um indivíduo de 21 anos é considerado jovem, mas não é mais adolescente. Projetos cujo público alvo seja os jovens são de suma importância para a sociedade, uma vez que eles são o motor de mudança de uma sociedade (Manheim, 1968).

Na sociedade moderna, a juventude passou a ter um sentido de ligação entre as gerações, é a categoria que recebe a tradição e a cultura precedente, mas também é vista como transgressora, que encontra dificuldades em se adaptar a sua sociedade. Mesmo com as variações de socialização vistas anteriormente, ao refletirmos sobre o significado sociológico da juventude descrito por Manheim (1968), que tece uma comparação ao corpo humano, os jovens são a energia latente de um órgão social. Tal qualidade potencial é consequência de serem os jovens um grupo oprimido: “o que para ele é uma novidade desafiadora, para o adulto é algo a que já está habituado e aceita com naturalidade.” (Manheim, 1968, p. 75).

Além disso, os mais os jovens precisam participar também da produção da riqueza e não somente dos frutos gerados por dela (Martins, 2008). Por isso, a importância de

programas voltados para os jovens, pois, promovendo sua ascensão social, consegue-se romper o ciclo de pobreza e segregação social que por muitos anos persistiu na sociedade brasileira.

A centralidade da questão da educação, a partir da qualidade do ensino público, da criação de cursos de capacitação profissional e da geração de oportunidades para os jovens, sugere maior atenção a essas questões. A importância desses quesitos na vida dos jovens, principalmente dos jovens pobres, contrasta com a falta de importância e de melhorias efetivas que a administração das esferas federal, estadual e municipal parecem destinar em suas agendas.

Durante o campo, percebeu-se a importância que certos projetos e programas sociais de promoção humana exercem sobre a vida dos jovens em situações menos favorecidas. Em conjunto com o ensino público de qualidade, cursos de capacitação profissional, atividades esportivas e artísticas são programas que fornecem suporte na conquista do emprego digno a que tanto almejam. Só assim, os jovens percebem que são capazes de romper com o ciclo de pobreza imposto às suas gerações passadas e de construir um futuro socialmente menos desigual.

No entanto, é preciso que se dê apoio a esses projetos de cunho privado, pois sabe-se que, sem dinheiro e capital humano, não é possível levar adiante projetos tão positivos. Além do mais, assegurar a continuidade dos programas públicos locais que apresentam bom desempenho e que são bem avaliados pelos jovens das comunidades também é algo que precisa ser pensado e colocado em prática, pois, como vimos em capítulos anteriores,

os jovens reclamam das abruptas interrupções e da falta de acessibilidade dos projetos públicos voltados para eles.

Diante de tudo que foi exposto, conclui-se, portanto, que esforços para direcionar as políticas e programas de ajuda aos jovens pobres também precisam de uma compreensão das causas da pobreza daqueles indivíduos. Tal processo é importante a fim de encontrar soluções viáveis. Analisar a pobreza também auxilia a prever e avaliar os efeitos de políticas e programas designados a ajudar os indivíduos pobres. Para que os resultados dessas políticas sejam julgados, é interessante monitorar os efeitos que causam nas pessoas pobres e avaliar os resultados comparativamente. Tal análise é importante para melhorar a forma de projetos e/ou programas e também para eliminar os que não funcionam.

Esse pequeno retrato dos jovens de comunidade permite tecer alguns entendimentos que devem ser medidos pelo fato de não ter sido adotada nenhuma amostra estatística no que concerne à juventude. Os dados aqui apresentados nos aproximam do perfil de jovens moradores de comunidades existentes na zona sul do Rio de Janeiro, mas ainda não se pode dizer que servem também como descrição de jovens moradores de outras comunidades pobres do Brasil. Além do mais, alguns entrevistados apresentaram dificuldade em certos temas. Esse resultado tem implicações metodológicas importantes, sugerindo a necessidade de se reformular a estratégia de pesquisa em alguns pontos específicos no futuro.

Nesta pesquisa, os diversos grupos entrevistados vivenciam problemas muito próximos e os percebem também de maneira semelhante. A diferença mais importante pode ser observada entre os JPP e os JNP, nos seus pontos de vista e também na esperança e

projetos para o futuro. No entanto, não se pode ainda concluir que frequentar um projeto social seja o principal fator para uma mudança no padrão de vida, apesar de melhorar, sem sombra de dúvida, a autoconfiança e autoestima dos jovens. Nos casos analisados, a participação e frequência em projetos sociais apresentam-se como potencial para a mobilidade social. No entanto, para avaliar este critério como decisivo, é necessário ir além e pesquisar em outras comunidades fora da zona sul da cidade do Rio de Janeiro, assim como em outras regiões do Brasil.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5/ 6, 1997.

ABRAMOVAY, M., CASTRO, M.G. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. *Cadernos de Pesquisa*, n.116, julho, 2002.

ALCOCK, P. *Understanding Poverty*. Londres: Macmillan, 1997.

ARIÈS, Phillippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

BOHNSACK, R. *Generation, milieu und geschlecht: ergebnisse aus gruppendifkussionen mit jugendlichen*. Opladen: Leske/Budrich, 1989.

BORDIEU, P. A Juventude é apenas uma palavra. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.

CHARLOT, B. *Jovens de Sergipe: quem são eles, como vivem, o que pensam*. Aracaju, UNESCO, 2006.

DURKHEIM, Émile. Divisão do trabalho anômica in Rodrigues, J. A., (org.), *Durkheim – Grandes Cientistas Sociais*, São Paulo, Ática, 1993.

- FABRA, M. W.; DOMENECH, M. *Hablar y Escuchar*. Barcelona: Paidós, 2001.
- FARIAS, F. A.; MARTINS, M. D. O conceito de pobreza do Banco Mundial. *Tensões mundiais*, Fortaleza, v. 3, n. 5, 2007.
- FERNÁNDEZ, J. M. La construcción social de la pobreza en la sociología de Simmel. In *Cuadernos de Trabajo Social*, Madrid, 2000, N. 13, pp:15-32.
- FREIRE, P. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FILGUEIRAS, L; GONÇALVES, R. *A economia política do governo Lula*. São Paulo: Contraponto, 2007.
- FIRJAN. *Pesquisa nas Favelas com Unidades de Polícia Pacificadora da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, 2010.
- GOFFMAN, E. *The presentation of self in everyday life*. Harmondsworth: Penguin, 1959.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar 1980.
- HOBSBAWM, E. J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M.S. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IANNI, O. O jovem radical. *Sociologia da juventude*, v. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

IBGE, censo demográfico 2010.

IVO, A.B.L. Georg Simmel e a sociologia da pobreza. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 52, Jan/ Abr, 2008.

KATZ, M. B. *The undeserving poor from the war on poverty to the war on welfare*. New York: Pantheon Books., 1990, p. 1989, p.11. apud SCHWARTZMAN, Simon. *Notas sobre o paradoxo da desigualdade no Brasil*. Apresentado no Rio Workshop on Inequality, Rio de Janeiro, 3 a 6 de julho, 2001. In <http://www.schwartzman.org.br/simon/paradoxos.htm>

LISTER, R. *Poverty*. Cambridge: Polity Press, 2004

MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MANGOLD, W. *Gegenstand und methode des gruppendifkussionsverfahrens*. Frankfurt am Main, 1960.

MANHEIM, K. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO, Sulamita de. *Sociologia da Juventude*, vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa (USP)*. São Paulo, v.30, n.2, 2004.

MARTINS, J. S. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2008.

MORIN, E. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo. Necrose*. Vol. 02. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

NARAYAN, D.; CHAMBERS, R.; KAUL SHAH, M.; PETESCH, P. *Voices of the Poor: crying out for change*. Nova York: Oxford University Press for the World Bank, 2000.

NARAYAN, D. *Voices of the poor - Can anyone hear us?* Washington, D.C.: The World Bank, Oxford University Press, 2000.

NERI, M. (coordenador). *Desigualdades e favelas cariocas: a cidade partida está se integrando?* Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas Sociais Fundação Getúlio Vargas, 2010.

NOVAES, R. R.; MELLO, C.C.A. Jovens do Rio: circuitos crenças e acessos. *Comunicações do ISER*, n. 57, 2002.

NOVELLI, J.M.N. A questão da continuidade política macroeconômica entre o governo Cardoso e Lula (1995-2006). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, Jun., 2010.

NUNES, B. Weber, Simmel e Wirth: a cidade e o cidadão na sociedade de mercado. In COELHO, M. F. et al. *Política, ciência e cultura em Max Weber*. Brasília: Editora UnB, 2000

OYEN, E.; MILLER, S. M.; SAMAD, S. A. (ed.). *Poverty, a global review: Handbook on international poverty research*. (UNESCO). Nova Deli: Rawat Publications, 1996.

PAULANI, L. M. Brasil *delivery*: a política econômica do governo Lula. *Revista de Economia Política*, vol. 23, nº 4 (92), outubro-dezembro/2003.

PNAD. Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios. IBGE, 2009.

PRETECEILLE, E.; VALLADARES, L. A desigualdade entre os pobres – favela, favelas. In: HENRIQUES, R. (org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

PIZZIO, A. *O que define os pobres como pobres: controvérsias acerca do conceito de pobreza*. Anpocs, 2009.

RAITZ, T. R.; PETTERS, L. C. F. Novos desafios dos jovens na atualidade: trabalho, educação e família. *Psicologia Social*, Florianópolis, v. 20, n. 3, Dec. 2008.

RIBEIRO, R.; NEDER, H. D. Juventude(s): desocupação, pobreza e escolaridade. *Nova economia*, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, Dec. 2009.

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. *Renda e pobreza*. Medidas per capita versus adulto-equivalente. Texto para discussão 609. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

SABOIA, J. Emprego industrial no Brasil: situação atual e perspectiva para o futuro. *Revista de Economia Contemporânea*, vol. 5, Edição Especial, Rio de Janeiro: IE/ UFRJ, 2001.

SALAMA, P.; DESTREMAU, B. *O tamanho da pobreza: economia política da distribuição de renda*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

SANTOS, A. *Debutantes e outsiders: juventude metalúrgica e sindicato no ABC Paulista* (dissertação). Programa de Pós-graduação em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

SANTOS, M. C. O estudo do universo escolar através da voz dos jovens: o grupo de discussão. *Revista Portuguesa de Educação*, Universidade do Minho, vol.22, n.2, 2009.

SAWAYA, A. L. e COLS. Os dois Brasis: quem são, onde estão e como vivem os pobres brasileiros *in Revista de Estudos Avançados*, n.17 (48), 2003.

SCHWARTZMAN, Simon. *As causas da Pobreza*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2004.

_____. *Notas sobre o paradoxo da desigualdade no Brasil*. Apresentado no Rio Workshop on Inequality, Rio de Janeiro, 3 a 6 de julho, 2001. *In* <http://www.schwartzman.org.br/simon/paradoxos.htm>

SEN, A. K. *Commodities and capabilities*. Amsterdam : North-Holland, 1985.

_____. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, E. H. A. *Sobre anseios e incertezas: percepções de jovens urbanos em contexto de desigualdades educacionais*. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Política)-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, N. V. Estudos de mobilidade social no Brasil in MICELI, S. *As ciências sociais no Brasil: tendências e perspectivas*. São Paulo: Edusp, 1999.

SIMMEL, G. The Poor in *Social Problems* (Caiforinia) Vol. 13. 1965/13:118-39. 1908.

SIMÕES BORELLI, S. H. et al . Jovens urbanos: ações estético-culturais e novas práticas políticas. *Revista latinoamericana de ciencias sociales niñez y juventud*, Manizales, v. 7, n. 1, Jan. 2009

SINGER, P. *Social Exclusion in Brazil*. Discussion Paper 94, Geneva ILO, 1997.

SPICKER, P.; LEGUIZAMÓN, S. A.; GORDON, D. (editores). *Poverty: An International Glossary*. London: International Studies in Poverty research, 2007.

_____ Definitions of poverty: twelve clusters of meaning. In SPICKER, Paul; LEGUIZAMÓN, Sonia Alvarez; GORDON, David (editores). *Poverty: An International Glossary*. London: International Studies in Poverty research, 2007.

TOWNSEND, P. *Poverty in the United Kingdom*. Harmondsworth: Penguin, 1979.

TRAGTENBERG, M. *et al. Max Weber: textos selecionados*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

WEBER, M.; GERTH, H. H.; MILLS, C. W. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

WELLER, V. Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método. *Educação e Pesquisa (USP)*. São Paulo, v.32, n.2, 2006.

WILSON, G. The juvenilization of Poverty. *Public Administration Review*, vol. 45, n. 6, Nov/Dec, 1985.

WORLD BANK. *World Development Report 1990: poverty*. Wanshington DC: World Bank, 1990.

WORLD BANK. *World Development Report 2000/2001: Attacking Poverty*. Washington DC: World Bank, 2000.

Sites Consultados

European Youth Portal: http://europa.eu/youth/index.cfm?l_id=en

IBASE: <http://www.ibase.org.br>

IBGE: <http://www.ibge.gov.br>

Instituto Pólis: <http://www.polis.org.br>

IPEA: <http://www.ipea.gov.br>

IPP (Instituto Pereira Passos): <http://www.rio.rj.gov.br/ipp>

Joseph Rowntree Foundation: <http://www.jrf.org.uk>

Jornal Valor Econômico: <http://www.valoronline.com.br>

Jornal O Globo: <http://oglobo.globo.com/>

Observatório Jovem: <http://www.uff.br/obsjovem/mambo>

Oxfam: <http://www.oxfam.org>

Portal do governo do Estado do Rio de Janeiro: <http://www.rj.gov.br/web/guest/principal>

Portal da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>

Revista Isto é Dinheiro: <http://www.istoedinheiro.com.br> ou

http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/28630_A+FORCA+INEDITA+DO+EMPREGO

SMF (Secretaria Municipal de Fazenda da cidade do Rio de Janeiro)

<http://www2.rio.rj.gov.br/smf/siam/logradouro.asp> - consultado em janeiro de 2011

United Nations – World Youth Report: <http://www.un.org/esa/socdev/unyin/wyr07.htm>

UNDP/ UN: <http://www.ipc-undp.org>

World Bank: <http://web.worldbank.org>

Anexos

A título de ilustração e informação serão apresentados modelos e figuras para ajudar na melhor compreensão e análise dos dados expostos na dissertação.

a) **Modelo do questionário-guia:** utilizado para a realização do grupo de discussão nas comunidades da Rocinha e Santa Marta.

Dimensão	Pergunta	Objetivo
Percepções sobre si e sobre os outros	O que há de melhor e de pior em ser jovem?	Percepções dos jovens sobre si mesmo, especificamente sobre sua situação econômica e social. Quais as vantagens e desvantagens de ser jovem, relações com a família, com a escola/trabalho e com a sociedade
Vivencia da pobreza	Quais são as características da pobreza? Quais são os obstáculos ou ativos para alcançar a mobilidade social?	Como os jovens explicam e vivenciam a pobreza e a desigualdade urbana. Possibilidade de reverter situações de exclusão social e ascender socialmente.
Futuro e esperança	Satisfação ou insatisfação com relação à vida que levam? Planos para o futuro?	Quais são as expectativas dos jovens, seus maiores anseios e planejamentos.

b) Indicadores de Pobreza e Renda em algumas favelas da cidade do Rio de Janeiro

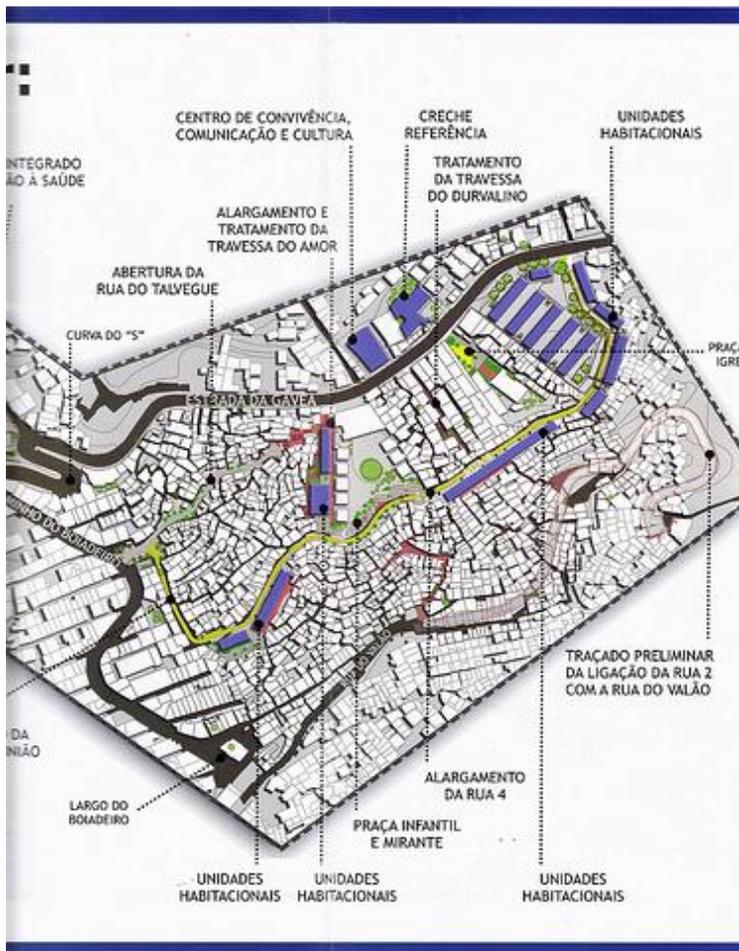
Indicadores	Ladeira dos Tabajaras	Cantagalo	Pavão	Santa Marta	Babilônia	Rocinha
População	8.981	4.415	8.562	4.688	2.162	
Renda domiciliar per capita	648,4	540,9	612,5	481,5	558,0	
Porcentagem de pobres	16,9	21,4	19,0	20,8	26,9	
Porcentagem de indigentes	8,7	2,1	4,6	5,5	6,4	
Número de pobres	1.519	943	1.629	975	582	
Número de indigentes	778	94	397	260	138	
Gini	0,389	0,438	0,510	0,360	0,394	
Distância média para Linha de Pobreza*	121,3	70,7	86,8	87,5	75,7	
Distância média para Linha de Indigência*	83,4	86,8	55,0	64,1	56,6	

*Nota: Linha de indigência igual a R\$ 117,54 e de pobreza igual a R\$ 235,08 (em reais (R\$) de maio/2010 - www.ipeadata.gov.br comissão IBGE-IPEA-CEPAL)

Fonte: Firjan, 2010.

Não foram encontrados dados oficiais ou confiáveis que ilustrasse a favela da Rocinha

c) Mapa da Rocinha que ajudou no deslocamento do pesquisador

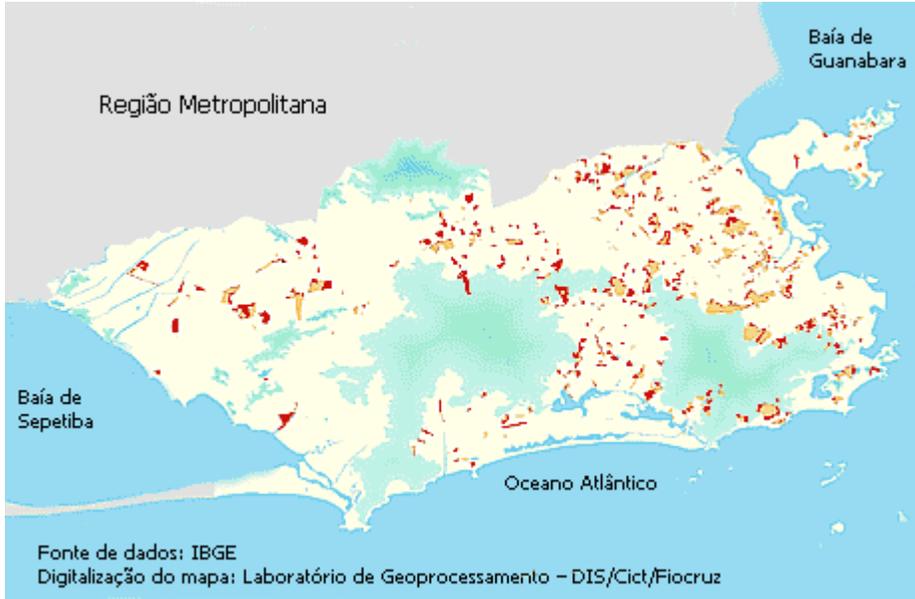


d) Localização e dimensão da favela Santa Marta

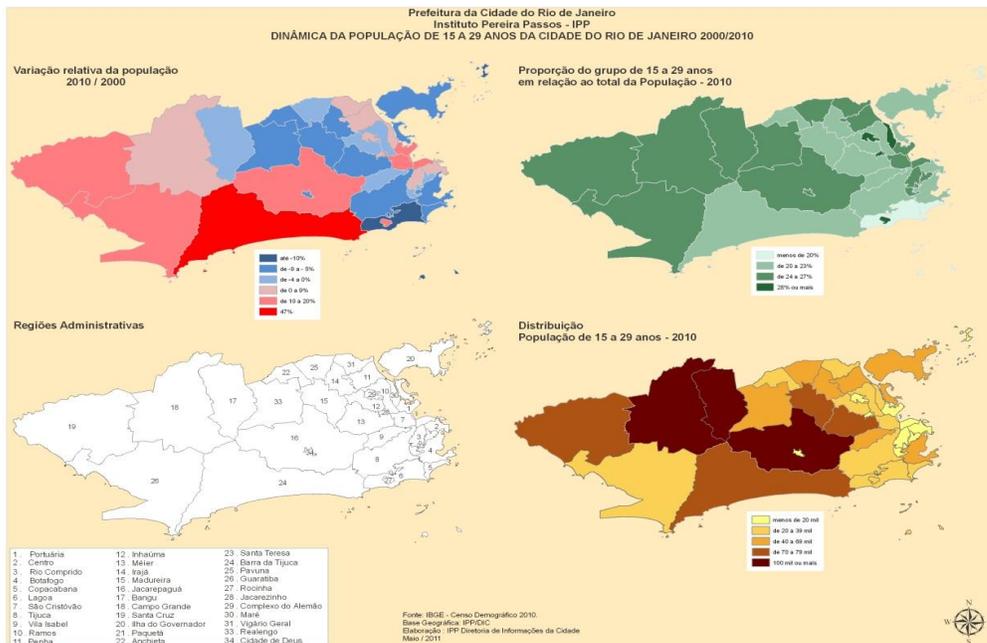


e) Mapa do limite das favelas no município do Rio de Janeiro

Em laranja aparecem destacadas as áreas de favela em 1996 e em vermelho seu crescimento em 2000.



f) Mapa da dinâmica da população jovem da cidade do Rio de Janeiro



g) Mapa da densidade populacional na cidade do Rio de Janeiro

